

MARA DE SOUZA LUTZ

**DISCURSO DA MÍDIA A RESPEITO DO CRACK INSPIRADO NA
GOVERNAMENTALIDADE DE FOUCAULT**

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO (UCDB)
MESTRADO EM PSICOLOGIA
CAMPO GRANDE - MS
2014**

MARA DE SOUZA LUTZ

**DISCURSO DA MÍDIA A RESPEITO DO CRACK INSPIRADO NA
GOVERNAMENTALIDADE DE FOUCAULT**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Psicologia da Universidade Católica Dom Bosco, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia, área de concentração: Psicologia da Saúde, sob a orientação da Profa. Dra. Andrea Cristina Coelho Scisleski.

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO (UCDB)
MESTRADO EM PSICOLOGIA
CAMPO GRANDE
2014**

Ficha catalográfica

Lutz, Mara de Souza

L975d Discurso da mídia a respeito do crack inspirado na governamentalidade de Foucault / Mara de Souza Lutz; orientação Andrea Scisleski. 2014.
103 f.

Dissertação (mestrado em psicologia) – Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2014.

1. Psicologia – Dissertação 2. Foucault, Michel, 1926-1984
3. Comunicação de massa – Aspectos psicológicos 4. Crack (Drogas)
I. Scislesk, Andrea II. Título

CDD – 150

A dissertação apresentada por **MARA DE SOUZA LUTZ**, intitulada “**DISCURSO DA MÍDIA A RESPEITO DO CRACK INSPIRADO NA GOVERNAMENTALIDADE DE FOUCAULT**”, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia à Banca Examinadora da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), foi.....

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Andrea Cristina Coelho Scisleski - UCDB (orientadora)

Profa. Dra. Angela Elizabeth Lapa Coêlho - UNIPÊ

Profa. Dra. Anita Guazzelli Bernardes - UCDB

Prof. Dr. Marcio Luís Costa - UCDB

Campo Grande, MS, de de 2014.

*A Iara, minha irmã querida (in memoriam),
meu sobrinho Willian e sua família: Claudia,
João Vitor e Sofia.*

AGRADECIMENTOS

Minha gratidão em primeiro lugar a Deus, por estar me permitindo passar por tantos desafios, que têm me feito a cada dia acreditar mais Nele e nas pessoas.

Ao meu esposo Helinton, que sempre me incentivou em meus projetos; meu filho Kévin e minha filha Emily, pela paciência e compreensão. Também pelo fato de entenderem que, muitas vezes, precisei me isolar em prol de uma grande causa, que foi a de entender um pouco mais a respeito do *crack* e outras drogas. Campo este que faz parte de minha realidade.

Aos familiares que já fizeram parte de minha história e deixaram tantos exemplos a ser seguidos (*in memoriam*): meu pai Getúlio, exemplo de caráter, meu filho Alan, que viveu tão pouco, mas tocou o “coração” de tanta gente, e minha irmã, grande exemplo de alegria, apesar de tantos dissabores em sua vida.

A minha mãe com quase 80 anos, exemplo de perseverança.

Minha sincera gratidão a Sara, minha irmã, pelo apoio e incentivo. Jézer, pelo exemplo de quem quer se superar a cada dia. Continuemos juntos nessa jornada, para auxiliar no resgate de nosso familiar.

Obrigada, Andrea, por ter acreditado em mim, minha gratidão eterna a você!

Como família, com ajuda de profissionais e com Deus, haveremos de vencer “esta parada”. Assim seja!

Rever a si e as influências advindas do próprio eu, ou absorvidas pelo meio, pode ser uma boa oportunidade de olhar a vida e perceber o que se pretende alcançar através dela. (Mara Lutz).

RESUMO

A presente dissertação trabalha a articulação entre mídia, *crack* e o conceito de governamentalidade de Foucault. O problema de pesquisa especificamente concerne a problematizar o discurso da mídia em relação ao *crack* com a contribuição foucaultiana do conceito de governamentalidade. No que tange ao método, foi utilizado um conjunto documental baseado em duas mídias, uma de veiculação estadual, por meio do Jornal Correio do Estado de Mato Grosso do Sul, e outra de distribuição nacional, por meio da Revista Veja. Esse material foi utilizado a fim de verificar como esse discurso a respeito do *crack* estava sendo colocado pela mídia. Os documentos selecionados foram publicados no período de janeiro de 2010 a janeiro de 2012. Os objetivos da pesquisa são conhecer e analisar o discurso da mídia em relação ao discurso do *crack*, como um dispositivo que articula e mobiliza a rede de saúde e de segurança, redes estas que produzem verdades e que vão refletir seus efeitos socialmente. A análise foi possível, especialmente, a partir do discurso relacionado ao poder e ao saber, conceitos esses que atravessam outro conceito de Foucault, chamado governamentalidade. Os resultados dessa análise permitem entender as diferentes maneiras que o poder e o saber são exercidos pelo discurso da mídia. Essa articulação, baseada nos estudos de Foucault, possibilita a compreensão de uma conexão entre esses três aspectos – *crack*, mídia e governamentalidade –, que culminam na produção de intervenções que mobilizam, simultaneamente, ações em nome da saúde, mas que executam uma função de segurança pública. Isso é interessante destacar, pois, no cotidiano, a mídia constrói certo saber que promove discursos que provocam pânico, medo e combate não apenas ao *crack*, mas principalmente aos seus usuários.

Palavras-chave: Mídia. Crack. Governamentalidade. Foucault.

ABSTRACT

This research discusses the connection between media, crack and Foucauldian governmentality concept. The purpose of this research is to problematize the media's discourse regarding crack taking into account Foucault's contribution of the concept of governmentality. Regarding method, it is used a set of documents based on two kinds of media, one of state distribution, for which the newspaper *Correio do Estado de Mato Grosso do Sul* was chosen, and the other of national distribution, for which *Veja* magazine was chosen. Such material is used in order to verify how the media was presenting crack. The selected documents were published between January of 2010 and January of 2012. The main goals are to understand and analyze the way such media are presenting crack, taking the media as something that connects and mobilizes the health and safety networks, which present truths that will have an effect on society. Such analysis was made possible especially by the concepts of power and knowledge, which traverse another concept, Foucault's governmentality. The results of such analysis make it possible to understand the different ways that power and knowledge are employed on the media's discourse. This employment, based on Foucault's studies, allows us to comprehend the relation among three aspects: crack, media, and governmentality. Such aspects together cause interventions that simultaneously mobilize actions in the name of public health, but that perform a public safety function. It is important to mention that, on our day to day life, the media build knowledge which promotes talks that cause panic, fear, and that fight not only crack but especially its users.

Keywords: Media. Crack. Governmentality. Foucault.

LISTA DE SIGLAS

CAPS	-	Centro de Atenção Psicossocial
CAPS AD	-	Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas
CFP	-	Conselho Federal de Psicologia
CIGCOE	-	Companhia de Gerenciamento de Crises e Operações Especiais
CNM	-	Confederação Nacional dos Municípios
CONAD	-	Conselho Nacional Antidrogas
CTs	-	Comunidades terapêuticas
DENAR	-	Delegacia Especializada de Repressão ao Narcotráfico
DENARC	-	Departamento de Narcóticos da Polícia Civil
DOF	-	Departamento de Operações de Fronteira
FIOCRUZ	-	Fundação Oswaldo Cruz
IBGE	-	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LSD	-	Dietilamida ácido lisérgico, sigla em alemão de Lyserg Säure Diethylamid
RD	-	Redução de Danos
SEAD	-	Sistema Estadual Antidrogas
SENAD	-	Secretaria Nacional Antidrogas
SENASP	-	Secretaria Nacional de Segurança Pública
SISNAD	-	Sistema Nacional Antidrogas
SUBPAD	-	Subsecretaria de Políticas Antidrogas
SUS	-	Sistema Único de Saúde
UBS	-	Unidade Básica de Saúde
UNDCP	-	Programa das Nações Unidas para o Controle Internacional de Drogas
<i>UNODC</i>	-	Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime, sigla em inglês de United Nations Office on Drugs and Crime

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
2 NOTAS SOBRE O CRACK.....	17
3 ARTICULAÇÕES ENTRE A MÍDIA E A GOVERNAMENTALIDADE.....	28
3.1 CAMINHOS QUE LEVARAM À GOVERNAMENTALIDADE.....	30
3.2 RAZÃO DE ESTADO.....	32
3.3 RAZÃO DO MERCADO.....	34
4 ARTICULANDO A MÍDIA, O CRACK E A GOVERNAMENTALIDADE....	44
4.1 RECURSOS METODOLÓGICOS.....	45
4.2 DISCURSO NORMATIVO SOBRE O <i>CRACK</i> NOS CAMPOS DA SAÚDE E DA SEGURANÇA.....	50
4.2.1 Sobre a sobreposição “polícia e saúde”.....	57
4.2.2 Pensando a polícia repressiva.....	79
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	88
REFERÊNCIAS.....	93

1 INTRODUÇÃO

O tema escolhido para este trabalho está relacionado à mídia e ao *crack* e como a primeira tem produzido certa racionalidade no que se refere à forma de abordar essa substância e seus usuários.

Como a base principal de meus estudos para esta dissertação foi o estudo de Foucault conceito, referente às questões ligadas ao poder e saber, essas reflexões passaram a ser um grande desafio por serem extremamente profundas. Com isso, percebi que elas me atravessaram de vários modos e me serviram como “lente de aumento” em várias áreas de minha vida: ora como participante de uma família, mãe, como pesquisadora e ora como profissional.

Inúmeras são as dúvidas que existem sobre o *crack*. Nos últimos anos, tem proliferado, cada vez mais, a busca de conhecimentos a respeito desse assunto por meio de pesquisas, projetos, publicações e também pela propagação de discursos pela mídia, o que tem feito desse tema algo de impacto social. Com isso, alguns trajetos precisarão se estabelecer para que eu possa desenvolver esta proposta.

Assim, eis algumas inquietações: Como o *crack* se tornou um problema social? Em que momento da história ele aparece? Por que ele passou a ser veiculado de forma independente das demais substâncias químicas?

Pensar no *crack* na atualidade envolve acompanhar algo que tem se tornado assunto frequente em nosso meio, pois muitos de nós podemos perceber essa questão a “olhos vistos”, como é o caso de familiares que vivenciam essa situação em seu cotidiano. A sociedade também acompanha essa questão quase diariamente, por meio da comunicação de massa, sendo um dos exemplos, a mídia.

Atualmente, podemos associar a mídia a uma estratégia de governamentalidade, como visto adiante neste trabalho. A mídia também se tornou uma indústria de grande porte, composta e intermediada por equipes especializadas e patrocinada e fortalecida por uma economia significativa. Ela está voltada para uma sociedade interessada em consumir “conhecimento e informação” e tem uma capacidade persuasiva diante das grandes massas.

Apesar de a mídia impressa estar tendo seu espaço dividido com uma diversidade de outras formas de comunicação por causa do desenvolvimento tecnológico, ela ainda consegue manter seu papel distinto, pois existem pessoas que fazem questão de tê-la à mão, ou folheá-la, mesmo que seja *on-line*. Assim como o papel, a caneta e o lápis, que conseguem manter-se atualizados dentro de seus propósitos específicos, a mídia impressa também continua tendo o seu valor. Afirmando isso visto que o tipo de mídia com a qual irei trabalhar abrange artigos de jornais e de revista, mais precisamente a revista *Veja* (2010a-2012b), de circulação nacional, e o jornal *Correio do Estado* (2010a-2012c), de Campo Grande, Mato Grosso do Sul. A partir desses dados é que estarei estruturando a dissertação, cujo tema envolve o *crack* e a mídia e a forma de compreender a governamentalidade de Foucault. De um modo geral, a escrita desses artigos permitiu-me perceber que as principais questões divulgadas são: repressões do tráfico, delitos, crimes, bem como o destino das apreensões relacionadas à droga. Outras questões recorrentes que têm aparecido são as especificações propriamente ligadas ao *crack*, como: preparo da droga, efeitos que causam no organismo, sintomas, danos à saúde, além do cenário que envolve a prevenção e a sua comercialização.

Quando pensamos na mídia, percebemos que, por meio dela, se transmitem informações com o objetivo de atingir o maior número possível de pessoas. Esse meio pode favorecer o aparecimento de informações ora baseada em opiniões, ora em fatos reais. O que, entre outras informações passadas pela linguagem escrita, poderá desenvolver uma série de “significados” e “interesses”, que podem apresentar-se de forma sutil. Dessa maneira, pode

ser dito que o discurso da mídia tanto tem a capacidade de ser produzido por diversos saberes, divulgando uma ideia, por exemplo, quanto de produzir determinados conhecimentos e/ou formas de pensar.

Busco compreender como alguns processos acontecem com essas informações e como elas produzem essas “interferências” na forma de pensar e agir das pessoas que entram em contato com essa produção.

Essas questões trazem-me a oportunidade de utilizar algumas das contribuições de um dos pensadores do pós-estruturalismo: Michel Foucault. Ele contribui sobremaneira com aqueles que, assim como ele, gostam de pensar, levando-os a buscar elementos na história passada que se fazem presentes para uma reflexão de questões atuais. Desse modo, o pensamento de Foucault será o campo do qual se analisa.

Um dos conceitos principais para este trabalho é a governamentalidade. Quando Foucault (1992, 2008a; 2008b) pensa em governamentalidade, ele está se referindo a um conjunto de direcionamentos de práticas que se voltam para orientar formas de conduta de uma determinada população. Desse modo, podemos pensar que um dos efeitos da governamentalidade é a produção de subjetividade; ou seja, de uma forma de pensar e de avaliar que os sujeitos possuem e atribuem a si e/ou aos outros, mas que também ela é criada nos espaços externos ao sujeito, o que nos faz pensar em um indivíduo para além de uma interioridade (PRADO FILHO, MARTINS, 2007).

Quando penso no discurso produzido pela mídia, questiono-me então sobre o tipo de subjetividade que pode aparecer e que tipo de sujeito se pode formar a partir das leituras desses artigos? Para o mesmo autor, nas práticas discursivas é que existem uma interposição e uma disputa entre determinados saberes. Saberes estes que podem suscitar no sujeito a manifestação de determinadas “realidades” percebidas como verdades.

Dessa forma, apresente o meu problema de pesquisa, que é: “Como a mídia tem produzido o discurso a respeito do *crack*?”.

Tentando unir o pensamento de Foucault (2008a), será que também se pode pensar na mídia com a ideia de um conjunto de normas que oferece, além da capacidade expressa pela informação, a atuação na sociedade por meio de um “monopólio midiático”? Se pensarmos como Foucault, veremos que não se trata disso. Pois não existe um poder único e fundamentado, mas sim uma rede de poderes. Isso será o que trabalharemos na sequência desta dissertação.

Uma das formas de operacionalizar o governo, mas não só, é por intermédio de instituições. Será que podemos chamar a mídia de instituição? De qualquer modo, cabe problematizar, independente de a tomarmos assim, sua capacidade para desenvolver técnicas de controle sobre a população por meio da produção de verdades. Acredito que também seja importante o fato de Foucault propor o desenvolvimento de uma crítica sobre os discursos, no sentido de promover em nós uma reflexão, um convite a aberturas de outras perspectivas sobre nossa “realidade”.

Por essas serem questões extremamente sutis, dificilmente são percebidas. Porém, nem por isso deixam de existir e costumam estar presentes no dia a dia, como produções de normas. Assim, entre esses temas procurarei buscar a discussão sobre o conceito de governamentalidade, especialmente nos cursos-livros de Foucault (2008a, 2008b). A partir dessas leituras, percebi que muitas são as questões que envolvem tais discursos, questões estas que estarei levando em consideração ao avaliar, interpretar e analisar os documentos selecionados nesta pesquisa.

Baseada nesse incentivo à reflexão, eu retomo as referências às reportagens da mídia a respeito do *crack*. Durante esse percurso, procurarei perceber se existem alguns motivos que

possam levar a destacar de forma especial a repressão a essa droga. Procurarei, também, verificar se esta repressão poderia estar contribuindo para a redução da “epidemia do *crack*”, ou aumentando ainda mais esta repercussão. Nessa busca nos documentos, procurarei entender se existe alguma conexão do discurso com a questão de “epidemia” relativa ao *crack*.

De uma forma breve, apresento a seguir a organização dos capítulos desta dissertação. Após esta introdução, passo ao capítulo do estado da arte sobre o *crack* e também das ferramentas conceituais e da caracterização do tema, e então discorrerei sobre os principais conceitos utilizados em relação à temática do *crack* e da mídia. Assim como utilizarei a mídia, a partir da contribuição dos estudos brasileiros feitos por Rosa Fischer e Cecília Coimbra, até chegarmos a uma interlocução com o conceito de governamentalidade de Michel Foucault. Esses conceitos são importantes para nossa análise, sendo depois retomados para a argumentação das discussões das reportagens. O capítulo seguinte, referindo-me à análise, inicialmente apresentarei a metodologia utilizada na dissertação, assim como a articulação entre os três pontos-chave desta dissertação, que é a mídia, o *crack* e a governamentalidade. Essa articulação se baseará nos campos da saúde e da segurança, pela junção de “polícia e saúde” e “polícia repressiva”. Por último, apontarei algumas questões para encerrar o conjunto dos textos.

Estudar, escrever e se posicionar sobre algo, como é o caso da escrita de uma dissertação, acaba sendo um grande desafio, pois se entra em um processo de reflexão intensa, de “procura por argumentação e sustentação de ideias” e esse processo se torna exaustivo. Após essa etapa da escrita, vem o momento da troca, que acontece quando o leitor entra em contato com o trabalho e forma outra ideia sobre o texto, sobre a qual nem sempre se consegue ter devolutiva. Esse é um processo de solidão inevitável, pelo qual até mesmo

Foucault (2010a) passou e acabou se pronunciando sobre esta dificuldade, pelo fato de não ter o retorno por parte das pessoas em relação a suas reflexões utilizadas durante o curso.

Utilizando o suporte teórico a partir de Foucault, passo então a desenvolver as trajetórias que compõem esta dissertação e, dessa forma, disponibilizar elementos reflexivos a quem também se interessar por este assunto.

Assim, convido o leitor a fazer uma visita ao cenário proposto.

2 NOTAS SOBRE O CRACK

O *crack* tem sido tomado como um problema complexo, considerando-se a realidade de outros países, e mais especialmente no Brasil. Esse problema é bastante abrangente, pois envolve não só usuários, mas também seus familiares, os traficantes e toda a sociedade, impactando, sob certo aspecto, certa economia ainda que ilegal e informal. Contudo, além disso, outras formas de obtenção do *crack* na sociedade é o fato de que pode ser visto como um meio de favores sexuais, via de inúmeros delitos, assim como um canal que favorece a violência, tanto em meio ao tráfico, quanto em meio repressor por intermédio da polícia.

De um modo geral, as drogas costumam ser definidas como lícitas e ilícitas. Sob um olhar rápido, essa classificação passa uma ideia de que o fato de algumas drogas serem lícitas, ou seja, vendidas no mercado e adquiridas de forma legal, não significa que sejam necessariamente menos nocivas do que outras, mas sim estipuladas, autorizadas e reguladas por um mercado legal.

Outras drogas, no entanto, já são consideradas ilícitas e também causam o efeito da dependência. O *crack*, por exemplo, é uma delas e leva à dependência, assim como a cocaína, a pasta-base, o dietilamida ácido lisérgico (LSD, sigla em alemão), entre outras tantas. Por essa razão, passa-se a questionar sobre os motivos que levaram o *crack* a ser tão divulgado, recebendo um destaque especial na mídia.

Os autores Saporì e Medeiros (2010), por meio de um levantamento histórico relacionado às décadas finais do século XX no Ocidente, percebem que as drogas estiveram associadas a determinadas épocas, como o LSD, a maconha e posteriormente a cocaína. Atualmente, porém, esse destaque passou para o *crack*, que entra em cena especialmente no debate brasileiro promovido pela mídia. Percebe-se, com isso, que em cada época houve uma alteração em relação ao tipo de produto a ser selecionado como “droga” e também de certa produção de medo associado a esses produtos.

No sentido de prolongar um pouco mais da história, no que diz respeito às populações que estiveram utilizando essa substância e à época em que isso ocorreu, as reflexões de Paquette (apud RIBEIRO; LARANJEIRA, 2012) referem-se a que, inicialmente, essa droga teve uma grande incidência nas populações menos favorecidas. De acordo com o documento do governo federal, *Crack é Possível Vencer* (BRASIL, 2006a, 2006b, 2006d), o *crack* chegou ao Brasil no “início dos anos de 1990” e a partir daí foi se alastrando pelos Estados e municípios (BRASIL, 2006a, p.4).

Alguns especialistas apontam para outra discussão sobre o *crack*, ao alegar que a droga saiu do circuito exclusivo da pobreza. Os psiquiatras Kessler e Pechansky (2008) debatem em seu artigo que, atualmente, a mídia do Brasil tem relatado que o *crack* já alcançou as classes de nível médio, assim como as de alto poder aquisitivo. Porém, não existem comprovações de que esses índices de consumo nessas categorias estejam em graus alarmantes, mas é importante salientar que aquilo que, a princípio, era uma droga quase exclusivamente das camadas mais pobres, agora passa a também circular em grupos mais ricos.

Outros saberes sobre o *crack* também são alvo de interesse neste trabalho. Machado (2011) apresenta a maneira como se dá a produção dessa droga. Ela surge como um subproduto da cocaína, por meio de uma reação aquosa “de cloridrato de cocaína e bicarbonato de sódio ou amônia” (MACHADO, 2011, p.3). O que acaba por resultar em pedriscos de cor branca juntamente com certos tons de amarelo ou marrom. De forma geral, os sinais de dependência mostram-se por meio das mudanças de hábitos e atitudes, aparência descuidada, redução no apetite, que pode levar a uma redução de até 10 kg ao mês e, conseqüentemente, à desnutrição. Alguns outros sinais envolvem cansaço ao menor esforço, insônia e, na ausência da droga, a sonolência. Também aparecem queimaduras próximas à

boca e aos dedos, além de instabilidade no estado emocional, distorções no senso-percepção, dificuldade no raciocínio, redução da atenção e concentração (MACHADO, 2011).

Para Saporì e Medeiros (2010), “no início da década de 90, a sociedade brasileira se vê frente a um desafio até então desconhecido, ou seja, o *crack* [...]”. Substância química, aquisição de baixo preço, “[...] de fácil transporte e fabricação e de efeitos instantâneos”, com “[...] tecnologia de produção e mercado, o que permitiu tornar-se uma ‘droga popular’” (SAPORI; MEDEIROS, 2010, p. 95). Por isso, é importante e necessário, descrever também algumas situações de risco associadas ao uso do *crack*, como a “curiosidade, influência de amigos” e a percepção de que não ficarão dependentes (GABATZ et al., 2013, p.8). Outra contribuição na inserção às drogas pode ser acrescentada a partir dos dados de Selegim et al. (2011, p.10), onde se percebe que as perdas dos “vínculos relacionais na família”, ou a violência e o uso de drogas nesse meio também contribuem na inserção ao mundo das drogas.

Diante dessas colocações, questiona-se: Será também que a forma da divulgação da mídia sensacionalista não desperta essa curiosidade? Como fica essa divulgação rotineira a respeito do *crack*, mais do que de outras drogas, diante de quem recebe essas informações? Ou será que o estigma e o preconceito não teriam efeitos tão ou mais devastadores que a própria droga?

Sob a Lei nº 11.343/2006, foi instituído o Sistema Nacional de Políticas sobre Drogas (SISNAD) (BRASIL, 2006c). O Programa *Crack é Possível Vencer* foi lançado em 7 de dezembro de 2011 e passou a abranger um aglomerado de políticas e ações do governo federal. O lançamento da proposta se deu também na mesma data. Esse programa passou a atuar em três eixos: cuidado, prevenção e capacitação (JUSBRASIL, 2013).

Nas diferentes épocas, houve um destaque em relação a um tipo especial de drogas ilícitas. Atualmente, o *crack* tem aparecido na mídia com grande destaque e isso tem

repercutido em diversas práticas sociais. Para Sapori e Medeiros (2010), o *crack* tem sido compreendido como um dos grandes desafios ligados à sociedade brasileira contemporânea. De certa forma, ela acaba tendo um encargo e certo destaque em relação às demais drogas. Situação esta que deixa em alerta tanto a mídia em geral, quanto o poder público e, muitas vezes em pânico, parte da sociedade.

Já Dias (2012), ao debater sobre mídia e *crack*, fortalece esse pensamento ao se posicionar que, no decorrer dos últimos anos, se construiu um “contexto vigoroso a respeito do *crack*, discurso este repleto de efeitos, ‘posicionamentos e atitudes’” (DIAS, 2012, p.31). Assim como Santos (1994 apud SAPORI; MEDEIROS, 2010, p. 19) sustenta a ideia de que as imagens transmitidas podem influenciar e até “definir formas de pensar, de fazer escolhas, como também criar estereótipos negativos”, que poderão ser percebidos como problemas. Diante dessa situação, indago sobre até que ponto uma veiculação sequencial dos meios de comunicação a respeito do *crack* poderia trazer algum tipo de reflexo nas atitudes das pessoas que acompanham essas notícias, bem como em relação as suas escolhas? O consumo de mercadorias possui “um elemento estrutural e subjetivo” (SANTOS, 1994 apud SAPORI; MEDEIROS, 2010, p.19) que contribui influenciando pessoas. Porém, segundo esses autores, a busca por essa alternativa pode ser mobilizada pelas dificuldades nas oportunidades, no experimentalismo e na estrutura emocional de cada pessoa.

Em pesquisa na cidade de Belo Horizonte, MG, Sapori, Sena e Silva (2010), a respeito do *crack*, perceberam mecanismos sociais e simbólicos relacionado ao tráfico, à violência, ao consumo e ao tratamento. O pensamento desses autores remete à ideia de como vêm sendo veiculadas as notícias na mídia, a repetição de informações, o favorecimento que a violência tem em relação às demais notícias e assim por diante. Ao levar em conta esse cenário, observam-se alguns resultados do estudo relativo ao comércio do *crack* associado à violência da região. Um desses resultados diz respeito ao aumento dos homicídios “a partir de 1997”

associado aos conflitos envolvidos com o “tráfico de drogas” e o “início da epidemia de homicídios nesta cidade”, cujo ápice se deu em 2004 (SAPORI; SENA; SILVA, 2010, p.52).

De um modo geral, os discursos midiáticos com frequência fazem essa associação do uso do *crack* e das situações de violência. No que se refere às políticas públicas – ainda que essas não sejam o alvo da questão neste trabalho, mas são importantes no sentido que se conectam à temática das drogas –, os estudos de Souza (2006) ressaltam um espaço de conhecimento composto de políticas públicas, sociedade e instituições. Assim, para entender melhor, precisa-se ampliar a visão de forma a perceber como a política pública foi desenhada, os conflitos que estão presentes, sua trajetória e como se desenvolvem os sujeitos e as instituições nesse meio.

Em função de o cidadão fazer parte dessas políticas, no caso das drogas, para que a recuperação ocorra, é necessário o envolvimento global do sujeito para que ele realmente atinja essa recuperação. De acordo com Ribeiro e Laranjeira (2012) pensar em recuperação envolve buscar princípios que contêm: “bem-estar, cidadania e liberdade de drogas” e no centro de tudo isso necessita estar o indivíduo, como “agente de recuperação” (RIBEIRO; LARANJEIRA, 2012, p.636). Nesse sentido, esses autores se posicionam a respeito da importância de se buscarem recursos que estejam não só no início, mas que se mantenham durante o processo de recuperação. Esses recursos, por sua vez, envolvem os relacionamentos sociais de onde recebem o apoio, comprometimento e obrigações durante esse período, o material e financeiro, além de moradia. Envolve também “habilidades pessoais, saúde física e mental e emprego”, além de “valores, crenças e atitudes pessoais” (RIBEIRO; LARANJEIRA, 2012, p.636). Portanto, olhar somente para um dos lados do tratamento não trará os resultados esperados, pois ele será incompleto e com chances de ser ineficaz. Mas é interessante ressaltar que esses autores apontam para as condições do sujeito, no sentido de sua individualidade, mas não mencionam as condições daquilo que vem a ser chamado de

“tratamento” para esses usuários. Ou seja, em uma parte da problemática, fala-se de como o sujeito deve ser para ser tratado, mas não se fala das condições dos serviços que o recebem e há principalmente uma lacuna a respeito dos tipos de encaminhamento que serão realizados depois. O que se encontra, algumas vezes, é uma referência aos serviços ligados às diferentes formas de atendimentos, entre elas, hospitais e unidades, mas de uma forma muito escassa. Ou seja, como vai ocorrer essa intersetorialidade da rede, que não pode ser reduzida apenas em atenção ao usuário no momento da abstinência da droga, é uma informação que não aparece.

Para Ribeiro e Laranjeira (2012), o uso das substâncias químicas vem sendo alvo de grandes discussões de especialistas e da sociedade, assim como nas políticas públicas. Essa questão, apesar de ser delicada e difícil, tornou-se visível em vários setores sociais. Além disso, envolveu um processo histórico, questões políticas, áreas da saúde, questões ligadas a direitos, assim como práticas advindas de áreas repressivas (DIAS, 2012).

Ainda se referindo aos autores Fantauzzi e Aarão (2010), eles fizeram uma busca bibliográfica no sentido de conhecerem o perfil das políticas adotadas ao longo do tempo para usuários dependentes de drogas e traficantes no Brasil, por meio da análise de 53 normas institucionais no período entre 1938 e 2010. Em consequência de a questão das drogas tomar novas proporções e significados, traçaram-se determinados perfis em relação às diferentes maneiras que as políticas foram sendo definidas e organizadas. Especialistas da saúde foram incorporados aos meios de tratamentos oferecidos aos usuários, como forma de ampliar as possíveis intervenções no âmbito das drogas.

No que se refere aos órgãos oficiais competentes para o combate às drogas no Brasil, tem-se especialmente a Secretaria Nacional Antidrogas (SENAD), o Conselho Nacional Antidrogas (CONAD) e o Sistema Nacional Antidrogas (SISNAD), todos alegando objetivar

a atuação de combate a elas. Começa, então, haver necessidade de buscar inspirações em modelos já atuantes em outros países e definir objetivos específicos no contexto nacional.

Voltando à forma como as políticas vêm se apresentando, segundo Fantauzzi e Aarão (2010, p.89), a política do Ministério da Saúde tem passado a fortalecer “a necessidade de criação de uma rede de atenção ao usuário de drogas que abranja todos os setores (saúde, assistência social, segurança pública, dentre outros) do Estado”.

Os mesmos autores seguem esclarecendo que a “política do Ministério da Saúde para álcool e outras drogas” se preocupa com o sujeito e seus direitos, sendo necessário para isso, desenvolver política de saúde que envolva princípios e diretrizes: “médicas, sociais, psicológicas, econômicas e políticas” (FANTAUZZI; AARÃO, 2010, p.89).

E um dos outros órgãos que Fantauzzi e Aarão (2010) citam é a função específica do Sistema Estadual Antidrogas (SEAD), órgão esse que acaba servindo de intermediador entre os poderes “estadual, municipal e federal”. Porém, a burocracia estatal, por vezes, impede o trâmite das ações das próprias instituições e o trabalho acaba não sendo desenvolvido de forma geral. Saporì e Medeiros (2010) explicam que no cenário mineiro há a “Rede Complementar de Suporte Social ao Dependente Químico”. Essa Rede acaba trabalhando com o dependente na área social por meio do plano de “acolhimento e tratamento”, utilizando as “comunidades terapêuticas” (SAPORI; MEDEIROS, 2010, p.91; 92). Elas recebem contribuições por parte do governo mineiro por intermédio da Subsecretaria de Políticas Antidrogas (SUBPAD) e com isso essas comunidades oferecem vagas para o usuário se tratar. Essas questões relativas à internação em uma comunidade terapêutica é bastante polêmica – a mídia também frequentemente a apresenta e se posiciona na defesa dessa modalidade –, pois o próprio Conselho Federal de Psicologia (CFP) tem constatado que muitas dessas comunidades não possuem um projeto terapêutico, já que elas funcionam, na maior parte das vezes,

meramente como um espaço de “tratamento religioso” para a dependência de drogas (SCISLESKI et al., 2013; CFP, 2011).

Além disso, ao levar em conta “as diretrizes e orientações” presentes na Portaria nº 3.088, de 23 de dezembro de 2011, evidencia-se que a “Rede de Atenção Psicossocial” inclui o atendimento a pessoas dependentes de *crack* e outras drogas (BRASILSUS, 2011).

Por meio dos suportes sociais é possível perceber como vem se estabelecendo o governo da vida atualmente no Brasil. Fato este que se pode observar pela Lei n. 8.080, de 19 de setembro de 1990, da Presidência da República, por intermédio do Congresso Nacional (BRASIL, 1990). Essa Lei institucionalizou o Sistema Único de Saúde (SUS) e regularizou as ações de saúde em “caráter permanente”. Nessa perspectiva, ampliaram-se os “níveis de saúde” que “expressam a organização social e econômica do País” e que acabam envolvendo as áreas gerais referentes à alimentação, moradia, entre outras.

Em se tratando de questões mais específicas relacionadas ao *crack* e à Reforma Psiquiátrica, o Ministério de Saúde (BRASIL, 2005), envolveu um processo político, social, bem como instituições. A rede que envolve a “atenção à saúde mental brasileira” como parte do SUS, por meio do Decreto federal, e o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), que faz parte desses atendimentos (BRASIL, 2005, p.25). O CAPS divide-se em I, II e III, de acordo com o porte em relação às demandas de saúde. O CAPS que inclui o atendimento às drogas é o CAPS AD, que, nessa época, atendia cinco dias por semana. Já a Portaria nº 130, de 26 de janeiro de 2012, do Ministério da Saúde (BRASIL, 2012), teve um de seus direcionamentos relacionados também ao *crack*. Esse tipo de atendimento ficou designado para o CAPS AD, com funcionamento de 24 horas, abrangendo todos os dias da semana, com possibilidades de encaminhamento ao “Hospital Geral”, em caso de necessidade.

Existem situações ligadas ao *crack* e outras drogas que podem resultar em prejuízos ainda maiores, em relação à saúde dos usuários, como é o caso de transmissão de doenças infectocontagiosas e também das doenças sexualmente transmissíveis. Fantauzzi e Aarão (2010) referem que o uso de drogas pode vir a se transformar em “disfunções no âmbito social”. Dessa forma, os autores apontam ainda para outra estratégia em termos das políticas públicas, denominada de “Redução de Danos” (RD) objetivando, inicialmente, o controle de casos específicos de doenças como “AIDS e hepatite” (FANTAUZZI; AARÃO, 2010, p. 93). Essa política foi tão importante e teve impactos positivos no tratamento de usuários de drogas em outros países que acabou sendo assumida e apoiada pelo Ministério da Saúde em 1994. Percebida como uma estratégia importante relacionada à prevenção de doenças transmissíveis e recebeu também o apoio do Programa das Nações Unidas para o Controle Internacional de Drogas (UNDCP).

É importante salientar que, no Brasil, com tantos serviços públicos e gratuitos para os usuários, como é o caso dos CAPS AD (BRASIL, 2013c), por exemplo, ainda há um encaminhamento bastante significativo para serviços privados, que recebem, inclusive, com frequência, repasse de verbas públicas para tratar dependentes químicos por causa da falta de vagas nos serviços públicos. Por que isso ocorre? Por que não se faz um real investimento nos serviços públicos que já existem? Aqui, novamente, menciona-se o discurso da mídia, no qual o SUS é propagado como insuficiente, quando não inadequado, às questões da dependência química.

Em um de seus discursos a respeito do *crack*, a mídia tem desenvolvido esse tema de forma objetiva com dados ligados à epidemia. No entanto, a intervenção, por mais que se justifique dessa forma, o usuário precisa ter condições de cuidado dela, o que muitas vezes não está evidente no discurso pelo qual se justifica seu tratamento. Como se percebe, o *crack*

acaba sendo percebido e administrado a partir de medidas higienistas, como será discutido adiante nesta dissertação.

Neste capítulo da dissertação, no que se refere ao *crack*, foi dada uma abordagem geral daquilo que envolve a realidade dessa substância química, por meio de algumas reflexões a partir de certas bibliografias. Acredita-se que, para entender o discurso da mídia a respeito do *crack* e uni-lo posteriormente à governamentalidade de Foucault, é preciso conhecer um pouco do contexto dessa substância, como sua história, as pesquisas relativas ao tema e as políticas públicas envolvidas, entre outras questões.

**3 ARTICULAÇÕES ENTRE A MÍDIA
E A GOVERNAMENTALIDADE**

No que diz respeito a estudos sobre mídia, Coimbra (2001) passa a fazer algumas reflexões para problematizar o discurso produzido pela mídia impressa. A autora percebe a questão relacionada ao tempo na atualidade e à disposição das notícias no esforço para que atinja a atenção das pessoas de modo a se tornar um “produto rentável” (COIMBRA, 2001, p.69). Esse caminho envolverá questões econômicas com alvos específicos, favorecendo assim um direcionamento tanto às notícias quanto às próprias pessoas que entrarão em contato com elas. A autora percebe uma realidade produzida ao longo da história, quando se refere que “está sempre sendo construída pelas práticas sociais, como um trabalho jamais acabado” (COIMBRA, 2001, p.38). Esses meios que transmitem uma comunicação às massas acabam construindo e permitindo o surgimento de certos objetos e sujeitos, assim como certos saberes, permeados de verdades, dentro da realidade visível.

Por essa razão, quando se pensa na mídia impressa, pode-se perceber o grande desafio que envolve essa área. Afinal, ela tem que concorrer com toda essa rapidez, bem como com a disponibilidade das pessoas. Entre as facilidades da tecnologia e o manuseio de ler um jornal, percebe-se uma grande diferença, além da possibilidade de interesse voltado para determinados tipos de público. Há necessidade de se buscarem estratégias de seleção de um público-alvo formado por pessoas e interesses, o que faz com que se construam públicos cativos para as mais diferentes áreas da mídia (COIMBRA, 2001).

Outra questão que é colocada em relação à mídia é o que Fischer (1996) utiliza em sua tese de doutorado. Ela se refere que desde a década de 1970 (especialmente a partir do campo da educação), a mídia transformou-se em um meio de grande força diante da cultura e das diferentes técnicas e, com isso, acabou trazendo grandes desafios aos pesquisadores. Diz a autora que “a mídia [...] constrói, reforça e multiplica enunciados seus, em sintonia ou não com outras instâncias de poder” (FISCHER, 1996, p. 123). Ela pontua que atualmente a mídia tem espaço onde existe uma “produção, veiculação e circulação de enunciado de múltiplas

fontes” (FISCHER, 1996, p. 123). Os discursos nos diferentes meios de comunicação acabam tendo sua “força de efeito ampliada” (FISCHER, 1996, p.123).

Dentro do que Coimbra (2001) e Fischer (1996) se pronunciam, existe, portanto, a percepção de que no “meio midiático” há uma articulação que envolve tanto o discurso, por meio do saber, como o poder. Esses conceitos e outros, que fazem parte deste estudo, no entanto, estão ligados aos estudos de Foucault, do qual um de seus conceitos, no caso a governamentalidade, é a base para a problemática de pesquisa desta dissertação. Será utilizado, portanto, esse conceito em especial, pois ele será uma ferramenta pela qual irei discutir a mídia por meio do discurso que ela produz sobre o *crack*.

Ao desenvolver essas considerações a respeito da mídia, não pretendo vê-la como “vilã” ou “culpada”, mas como uma das propagadoras dos discursos que se têm produzido a respeito da problemática do *crack* e do seu usuário. Farei uso de seu conteúdo por meio de recortes de um momento específico, no intuito de debater tal problemática. Igualmente, o exercício que se propõe aqui é simplesmente o da reflexão do tema no intuito de uma ação de pesquisa.

3.1 CAMINHOS QUE LEVARAM À GOVERNAMENTALIDADE

Para se chegar a uma discussão sobre a governamentalidade é necessário desenvolver um trajeto que precisa ser pensado a partir de dois conceitos principais na perspectiva foucaultiana: o poder e o saber. Além de outros dois que também acompanham essa ideia: o biopoder e a biopolítica (FOUCAULT, 1999).

O biopoder, de acordo com Foucault (1999), é, em termos gerais, o poder que investe sobre a vida. Ele é composto, sinteticamente, de duas tecnologias: disciplina e biopolítica. A

governamentalidade diz respeito ao direcionamento de técnicas específicas para cada categoria da população, que é heterogênea (FOUCAULT, 2010b; SCISLESKI, 2010).

Referir-se ao biopoder e à governamentalidade é pensar em dois conceitos que se interligam por intermédio do poder e do saber. A partir dessa interligação, pode-se dizer que a biopolítica envolve administrar e gerir a população, por meio de técnicas, enquanto o segundo conceito, o de governamentalidade, está ligado a ações específicas de determinadas partes dessa população que será gerida (FOUCAULT, 2008b). Para ficar mais claro esse entendimento, inicia-se pensando a respeito das lógicas de gestão, seus direcionamentos e redirecionamentos de acordo com um alvo: uma determinada categoria específica da população.

Em seus estudos, Foucault (1999) indica um tipo de poder específico, descrito como soberano. Tal poder fazia com que o soberano tivesse o direito de decisão sobre a vida dos sujeitos no sentido de poder extingui-la, ou seja, o soberano tinha o direito de expô-los à morte. Dessa forma, o soberano, autorizado por direito e tendo o privilégio da decisão, poderia escolher diretamente sobre as ações e o destino das pessoas que estavam sob seu território, porém, sem nenhuma preocupação no investimento na vida das pessoas. Isto é, sem se preocupar com as condições dessas vidas: se tinham moradia, alimentação ou saúde, por exemplo.

Por muito tempo, um dos privilégios característicos do poder do soberano fora o direito de vida e morte. Sem dúvida, ele derivava formalmente da velha *pátria potestas* que concedia ao pai de família romano o direito de “dispor” da vida de seus filhos e de seus escravos; podia retirar-lhes a vida, já que a tinha “dado”. O direito de vida e morte, como é formulado nos teóricos clássicos, é uma fórmula bem atenuada desse poder. Entre soberano e súditos, já não se admite que seja exercido em termos absolutos e de modo incondicional, mas apenas nos casos em que o soberano se encontre exposto em sua própria existência: uma espécie de direito e réplica. (FOUCAULT 1999, p. 127, grifo do autor).

Foucault (1992) se refere ao início da era que antecede à ideia de governo e de governamentalidade. No entanto, ocorrerá uma mudança fundamental com o advento da Modernidade: na conformação dos Estados-Nação não cabe mais a lógica soberana, mas um novo tipo de racionalidade. Para isso, utilizaram técnicas importantes, como o deslocamento de um investimento dirigido não somente a um território com objetivos diversos. Esse advento implica a sobrevivência do Estado, que começa a surgir no início da Era Moderna, em outro tipo de investimento: tornou-se importante agora a vida da população (FOUCAULT, 2008a, p.292). Por meio dos estudos de Revel (2011) a respeito de Foucault, é perceber a governamentalidade, incluindo vários conceitos, entre eles, as instituições, que visam a possibilitar procedimentos e táticas de poder direcionadas ao fomento da vida da população. Segundo a autora, “A população é fundamental para discussão da governamentalidade, um conceito que ao longo do tempo adquire mudanças, pois é nela que reside o investimento sobre a vida” (REVEL, 2011, p.74).

3.2 RAZÃO DE ESTADO

A Razão de Estado, a partir do pensamento de Foucault (2008a), desenvolveu uma racionalidade voltada para o fortalecimento do próprio Estado, e, para isso, a população apareceu como um dispositivo de alcançar esse objetivo. Tal racionalidade buscava conhecer a população em seus processos naturais (nascimento, óbitos, epidemias e outros) e sociais (desemprego, trabalho, migração e outros). A biopolítica passou a ser, então, a tecnologia que surge com o advento da população, no intuito de ser um mecanismo capaz de regulamentá-la.

Nesse aspecto, há uma profunda articulação entre o conceito de biopolítica – tecnologia de regulamentação da população – com a governamentalidade – ações e estratégias

direcionadas a categorias específicas da população (FOUCAULT, 1999, 2008a, 2008b; SCISLESKI, 2010). Torna-se importante explicar essa diferença, pois a população é um elemento heterogêneo. Ou seja, o Estado não pode governar crianças da mesma forma que governa doentes mentais. Isso acarreta que populações específicas vão demandar formas de governar restritas a elas, ainda que todas essas práticas se orquestrem no conjunto geral daquilo que é entendido como população. Nessa especificidade é que implica a ideia de governamentalidade (FOUCAULT, 2008a, 2008b).

Ainda de acordo com o pensamento do filósofo francês (FOUCAULT, 2008a), a Razão de Estado foi uma racionalidade necessária para a construção do Estado. Para que isso ocorresse, houve a necessidade de que o ato de administrar fosse identificado com o dever do Estado para com sua população, possibilitando, desta forma, uma reflexão, “ponderada e calculada” (FOUCAULT, 2008a, p. 6). O Estado passa, então, a existir somente em função de si mesmo e de sua força e riqueza, tornando-se, desse modo, um Estado permanente. Para tanto, o Estado passa a investir na vida de sua população, pois ela favorece o alcance dessas metas.

Nesse aspecto, é importante ressaltar a dimensão da gestão que se inicia nesse processo. Para administrar a sua população, é necessário que o Estado seja capaz de conhecê-la: quantos homens, quantas mulheres, quantos idosos, quantas crianças, quantos nascem, quantos morrem, quantos adoecem, quantos trabalham, quantos são desempregados e outros. Mas não é somente a estatística que interessa à gestão – embora esta vá ser uma ferramenta fundamental que torna essa administração possível. É preciso também que o Estado saiba mais detalhadamente sobre a sua população e possa manejar e prevenir os eventuais fenômenos que possam comprometer a sua força. Desse modo, pensar em estratégias relacionadas ao âmbito da saúde, da educação, da assistência social, da polícia, entre outros serviços criados para atender à população torna-se fundamental. Para tanto, o Estado precisa, para cada subgrupo formado por características específicas (loucos, vagabundos,

trabalhadores, doentes, sãos e outros), munir-se de especialistas; ou seja, ser assessorado pelo saber. Dessa forma, orquestram-se práticas que objetivam governar a população, e essas práticas específicas de gestão, sinteticamente, vêm a ser aquilo o que Foucault (1999, 2008a, 2008b; SCISLESKI, 2010) denomina por “governamentalidade”. Ressalta-se que, nesse momento, a governamentalidade envolve um conjunto de ações de gestão da população em sua heterogeneidade, mas que está voltada para o fortalecimento do próprio Estado (FOUCAULT, 2008b).

3.3 RAZÃO DO MERCADO

A mudança da lógica da Razão de Estado para a Razão de Mercado deu-se pela mudança de objetivo de governo. Este passa a não ser mais o Estado em si, mas o Mercado, havendo, desta forma, um deslocamento à supremacia das questões econômicas, uma vez que esse processo se vincula à configuração do liberalismo e ao surgimento do capitalismo (FOUCAULT, 2008a).

É importante salientar que os dispositivos que estiveram presentes no liberalismo também desenvolveram técnicas de controle e de vigilância da circulação da população e dos objetos – pode-se dizer que vão constituir aquilo que se entende como campo da segurança –, exercendo controle, pressão, coerção, mas não somente. Como diz Foucault (2008a), os mecanismos de segurança são dispositivos para gerir o ir e o vir, a circulação e as liberdades. Nesse sentido, por meio deles é que se controla quem entra, quem sai, quais objetos devem circular, entre outros. É um mecanismo que pode interditar a circulação, mas que também pode promovê-la. Esse aspecto é importante salientar, pois é pelo dispositivo de segurança

que se tem uma seletividade na população a partir da gestão de sua circulação (Foucault, 2008a).

O liberalismo favoreceu a entrada de uma governamentalidade ligada à Razão de Mercado. Com a produção da liberdade também vem a possibilidade de sua restrição, pois esta é o meio de a liberdade ser gerenciada – ressaltando novamente aqui que não se restringe a uma dimensão individual da circulação de pessoas, mas especialmente à coletividades, a mercadorias e outros. O liberalismo, além de estar ligado à política econômica, também é uma forma de subjetivação (FOUCAULT, 2008b). Sua proposta era a produção de uma liberdade, juntamente com uma gestão de perigo. O foco do liberalismo não envolvia mais o investimento na vida da população para fortalecer o Estado, mas no investimento da vida para fortalecer o mercado. Dessa forma, o liberalismo rompe com a Razão do Estado, ao introduzir esta nova racionalidade: é importante o investimento na vida não mais na consolidação do Estado, mas na fortificação do mercado liberal que se constitui.

A reflexão liberal não parte do indivíduo, mas da sociedade que está em uma relação de exterioridade e interioridade com o Estado. Como já referido, a Estatística surge, também, no momento em que a população emerge, como um elemento de contribuição para o Estado fazer a leitura da realidade e poder comandar, forma esta que acabou sendo de grande utilidade para o conhecimento das questões relacionadas à população. É importante lembrar que a Estatística mostra a situação interna do que está se passando nesse meio. Nesse período, os saberes que se esboçavam visavam a gerir os diversos elementos que se dirigiam à problemática da vida da população (saúde, alimentos, produtos e outros), atentando, inclusive, à circulação e à segurança do livre comércio. De forma geral, o fluxo comercial dava-se a partir de seu próprio contexto, ou seja, pela compra e venda de mercadorias, assim como pela liberdade de concorrência (FOUCAULT, 2008a).

As demandas de atendimento à população também se modificam a partir da articulação entre liberdade e segurança, pois começam estratégias em que discursos são produzidos, porque o Estado precisa de saberes para poder gerir a população e intervir nesse sentido, não apenas para se fortalecer, mas justamente para permitir que a economia flua e que os indivíduos que não são tidos como produtivos possam ser regulados ou para se tornarem também produtivos ou para, então, serem vigiados de modo a não prejudicar aqueles que produzem o capital (FOUCAULT, 2008b). Dessa forma, os saberes também se conectam à polícia, já que permitem certo controle da circulação de certos indivíduos. De certa forma, pode-se dizer que os saberes “policíam” também, no sentido largo do termo, operando na triagem e na forma de como as circulações de pessoas e de objetos devem proceder.

De forma bem sintética, Foucault (2008b) faz uma comparação e diferenciação em relação aos mecanismos disciplinares e dispositivos de segurança. Nessa explicação, o autor relembra que os mecanismos disciplinares (que fazem prender) eram compostos de lei e punições, quando não no cumprimento dessa lei. Já os “dispositivos de segurança” (que fazem circular, movimentar) passaram a estar inseridos em um “campo de forças”, entre “luta e verdade”, onde o poder se apresenta inserido em um custo baseado entre o tolerável ou não (FOUCAULT, 2008b, p. 6, 9).

Os dispositivos de segurança, para Foucault (2008b), substituíram os métodos de exclusão, para os “mecanismos de controle social”, ligados às questões biológicas do próprio ser humano (FOUCAULT, 2008b, p.14) Eles utilizaram os seguintes dados: “Espaço de Segurança”- que leva em conta as peculiaridades dos sujeitos, números, resultados, entre outros; assim como seu “tratamento”, normalizações e técnicas de segurança, que leva em conta o contexto da população. Esses dispositivos não envolvem somente saúde e vigilância, mas uma forma de controle em relação ao destino da população, por meio de uma articulação entre o poder e o saber (FOUCAULT, 2008b, p. 15).

Nas pesquisas de Foucault, o liberalismo fez parte de um sistema de racionalização, que se baseou nas próprias questões relativas à população, por exemplo, as ligadas à higiene, saúde, entre outras. E que passaram a servir como grandes desafios, tanto políticos quanto econômicos (FOUCAULT, 2008a). Uma das consequências do liberalismo é a extensão dos procedimentos de controle, pressão e coerção, que adquirirão um contrapeso das liberdades, além de buscar na lei suas formas de intervenções, consistindo, dessa forma, à economia governamental uma atuação mais eficaz. Em relação a isso, Foucault (2008a) percebe que o Estado, apesar de todo o seu potencial onipresente, resultando em uma força significativa, suas forças vão se integrar e atuar sobre a “sociedade civil” (FOUCAULT, 2008a, p.259), porém tornando o mercado superior ao Estado. Isso se deve ao fato de o Estado não poder intervir no espaço da liberdade de mercado e a concorrência acaba virando um princípio baseado em regras, uma forma desenvolvida pelo próprio mercado, em que o Estado não podia intervir, mas sim autorizar essa eficiência do mercado. Nos estudos de Foucault (2008a, 2008b), ao pensar na possibilidade de um excesso de governo, o Estado necessitou redefinir o poder sobre a vida, flexibilizando os investimentos sobre a vida da população.

Nesse sentido, portanto, não se almeja a abrangência de uma totalidade das intervenções sobre a vida, mas uma margem governável. Por exemplo, não é necessário o combate à pobreza em sua totalidade, mas deixar com que haja pobreza em níveis aceitáveis e governáveis (FOUCAULT, 2008b). O liberalismo acaba propondo uma “política social”, que não é administrada pela lógica restrita do Estado, mas, principalmente, das grandes empresas.

O neoliberalismo começa a pensar a sociedade como uma “sociedade de mercadoria”, em que o homem é percebido como uma empresa e a sociedade, como um meio de concorrência. A população também vira “empresa” a partir do mercado. Apesar de o poder do Estado ser mais limitado, ele vai criar medidas administrativas e leis por intermédio das quais

poderá atuar sobre o “homem empreendedor” – *homo oeconomicus*, para usar o termo cunhado pelo próprio Foucault (2008b).

Para Foucault (2008b), a governamentalidade agora tem a ver com a relação existente entre mercado, Estado e *homo oeconomicus*, cuja gestão da liberdade vai operar na ordem econômica por meio da lei. É importante lembrar que o sujeito, na Razão do Estado, era visto como um componente importante relativo à força de trabalho, e na visão da Razão de Mercado, ele é visto como um homem empresário de si mesmo, em desenvolvimento ativo e constante.

A partir do modelo neoliberal norte-americano, o indivíduo passa a ser visto como sujeito de direito. Esse sujeito, na realidade, obedece a seus próprios interesses, que de alguma forma vai convergir com o interesse do mercado. Dessa forma, esse empresário de si passou a ser designado como *homo oeconomicus* e, apesar de seguir seus próprios interesses, passa a ser governável e acaba sendo a base da nova razão governamental a partir do século XVIII. Parte-se da ideia de que quanto mais governável, mais livre ele é, ou seja, um *laissez faire*, mas a ideia dessa liberdade está ligada e condicionada à norma.

Pela concepção neoliberal norte-americana, a partir de Foucault (2008a), o homem empresário de si começou uma “racionalidade interna”, vista a partir das “atividades dos indivíduos”. Com isso, sendo necessário tentar compreender o trabalho como uma “conduta econômica”, de sua prática, aplicação, racionalização e, por fim, “calculada por quem trabalha” (FOUCAULT, 2008a p. 307). Dessa forma, o trabalhador passou a ser visto como “um sujeito econômico ativo” (FOUCAULT, 2008a, p. 308).

Em relação a isso, na saída de um modelo soberano – soberania esta anterior à constituição dos Estados-Nação, como já referido – para o advento de um modelo administrativo que compõe a lógica do Estado-Nação, permitiu-se o desenvolvimento dessa

arte por meio da gestão dos bens dos indivíduos, que, por sua vez, envolviam três recursos: terra, capital e trabalho, que acabaram mudando a partir das “análises neoliberais”. Essas análises é que permitiram que o exercício do governo prosseguisse, pela relação entre sociedade e Estado (FOUCAULT, 2008a, p. 306, 2008b). Nesse processo, começou a se perceber que o “princípio de decifração” do liberalismo passa a ser o fato baseado em uma racionalização que abarca tanto a sociedade quanto a economia. O *homo oeconomicus* reaparece como “parceiro da troca”, como algo útil e necessário mudar; posteriormente, ele se torna o homem empresarial, saindo desse modelo de troca para se tornar um dispositivo de investimento, ou seja, passa a ser percebido como um “capital humano” (FOUCAULT, 2008a, p. 337), favorecendo, dessa forma, uma percepção de “crítica política permanente da ação política e da ação governamental” (FOUCAULT, 2008a, p.338). Com isso, o mercado acaba sendo um meio que mostrará a competência ou não do Estado, virando como se fosse um “tribunal econômico que pretende aferir a ação do governo em termos estritamente de economia e de mercado” (FOUCAULT, 2008a, p. 339). Com isso, percebe-se que o neoliberalismo, na realidade, é um regime fabricado, gerenciado, que utiliza a população dentro de uma estratégia de mercado.

Ainda de acordo com o filósofo (FOUCAULT, 2008a), com relação à segunda concepção neoliberal norte-americana sobre a economia, as análises neoliberais passaram a perceber também os “comportamentos não econômicos”; ou seja, contraproducentes à lógica de mercado. Nesse sentido, Foucault discute a respeito da criminalidade, pois, ao se agir sobre o crime, deverá levar em conta o “ambiente do mercado” (FOUCAULT, 2008a, p. 354). Ou seja, o que interessa aqui é o perfil do criminoso, sua produtividade ou não ligada à lógica do mercado, pois, como diz Foucault (2008a), a questão da possibilidade ou não de um sujeito ser preso, na lógica neoliberal, não condiz mais com o delito que ele cometeu, mas ao próprio perfil desse sujeito que, no caso, é ou não adequado à razão de mercado. Nesse sentido, há

uma seletividade entre aqueles que recebem uma pena ou não, e essa seletividade não é relacionada apenas ao ato delituoso, mas ao perfil desses que o praticam.

A aula de Foucault de 21 de março de 1979 (2008a) é esclarecedora sobre esse assunto, pois se dedica a pensar uma análise da criminalidade. Nessa aula, ele descreve as atitudes dos reformadores do século XVIII, que já reivindicavam um “sistema penal”, com um menor custo. Com isso, Foucault (2008a) desenvolve uma crítica ligada à “justiça penal”, assim como à política e ao Estado. Seguindo sua explanação, ele encontrou estudos ligados à delinquência, a facilidade nas ações dos ladrões e o custo das práticas e instituições judiciárias. Por fim, percebeu que os estudiosos concluíram que o “sistema punitivo” acabava não sendo eficiente para todos os casos (FOUCAULT, 2008a, p. 340).

Com esses pensamentos, começo a associar a questão do *crack*, no que diz respeito às áreas que a droga vem sendo enquadrada pela mídia, pois, em determinado momento, ele é colocado dentro do espaço de criminalidade, que envolve a Justiça e, em outro, em questões decorrentes dessa situação, ou seja, aparece por meio do sistema de punição. Nesse momento se torna, então, interessante pensar a respeito da tecnologia de gestão da vida.

Ao levar em conta os estudos relacionados às questões legais em relação à criminalidade, no início do século XIX, Foucault (2008a) entende que os estudiosos já indicavam a necessidade de reformulação do sistema penal, a partir da redução dos custos para o Estado.

A partir da ideia da individualidade do sujeito, do *homo oeconomicus*, é que o crime leva o indivíduo a correr o risco de “ser punido pela lei” – o que não garante que a punição deva efetivamente ser feita (FOUCAULT, 2008a, p. 346), e o autor ainda retoma o “princípio de racionalidade” penal do século XVIII, onde se refere a essa “política penal” como um meio regulador de “intervenção no mercado do crime e em relação à oferta de crime”. Foucault

(2008a) continua suas buscas bibliográficas e percebe que, de alguma forma, a sociedade (na visão neoliberal) acaba absorvendo certos comportamentos e investindo nestes. Considera uma “boa política” aquela que não tem a pretensão de extinguir os crimes, mas proporcionar um equilíbrio que envolva a “oferta do crime” e “demanda negativa”. Na “Política penal”, a questão maior seria “o que se deve tolerar como crime”, ou “o que seria intolerável não tolerar”? (FOUCAULT, 2008a, p. 350).

Outro fato envolvendo a criminalidade voltada para “o consumo da droga”, em Foucault (2008a), acaba sendo uma demanda inelástica, pois o dependente vai adquirir a droga a “qualquer preço”, e, com isto, ocorrerá um aumento da criminalidade. Porquanto, esse aumento se dará por causa da busca interminável, dos diferentes meios que o farão adquirir a droga, levando dessa forma a um possível fracasso da legislação.

Na aula de 22 de fevereiro de 1978, Foucault (2008a) passa a desenvolver uma forma abrangente em relação à economia direcionada ao mercado por meio das relações, que envolvem as questões sociais, bem como os comportamentos ligados ao indivíduo. Essa economia é que procura associar o capital que envolve o ser humano, a partir de um investimento de custo-benefício, visando a interesses particulares ao mesmo tempo em que oferece benefícios psicológicos ligados à educação como uma herança transmitida a gerações. A partir da questão citada, a ação do governo, que se dá pela utilização política, passa a ter como foco principal os potenciais ligados aos seres humanos. Em decorrência desse fato, o governo se transforma em um “tribunal econômico”, formalizando suas ações em decorrência da economia ligada ao mercado. Desta forma, é pertinente retomar a ideia de que o neoliberalismo passa a querer substituir o “*homo oeconomicus* empresário parceiro de troca” “por um *homo oeconomicus* empresário de si mesmo” (FOUCAULT, 2008a, p. 310). Ou seja, *homo oeconomicus* surge justamente na passagem do liberalismo para o neoliberalismo e isso tudo também diz respeito à sociedade atual. Pode-se então, a partir de Foucault, entender que

esse homem considerado “empresário de si mesmo” se insere em um campo econômico. Passa, com isso, a desenvolver seus inúmeros potenciais e habilidades em um campo de conhecimento, aperfeiçoamento, busca de experiência, voltadas para seu próprio aperfeiçoamento. Com isso, ele passa a ter chance de competir, se destacar e até estar mais apto a assumir postos elevados no mercado.

Por meio da lógica do neoliberalismo, é possível perceber que o usuário de *crack* não se enquadra no perfil normativo de economia, tampouco de parceria. No entanto, percebendo esse mesmo sujeito a partir do discurso da mídia, ele, por sua vez, já consegue agir de forma contrária; ou seja, contribui para a economia da mídia, assim como passa a ser um “parceiro” extremamente significativo e lucrativo para esta.

O mercado vai produzir uma relação entre o *homo oeconomicus* e a sociedade civil, ou seja, como um produtor de vínculo. A sociedade civil é a forma como o *homo oeconomicus* passa a ser governável, de forma que essa tecnologia governamental passa a atuar em um conjunto concreto. Este sujeito passa a ser o espaço de atuação política, em que a sociedade civil vira o “motor da história”, guiada pela norma, possibilitando a perpetuação da história dessa sociedade, bem como as origens de determinadas verdades.

Nessa nova lógica governamental, o homem passa a ser percebido como fonte de produção, no sentido quantitativo e renda financeira. Para isso, ele começa a ser visto por meio de seus processos naturais, meios práticos e influenciáveis, para futuras intervenções. A população começa a fortalecer o mercado. O que se percebe é que a proposta dessa arte de governar esteve ligada a um processo de reflexionar o próprio pensamento em relação às atitudes de gestão da vida (FOUCAULT, 2008b).

Após essa explanação sobre alguns conceitos foucaultianos, creio ser fundamental retomar meu problema de pesquisa, que é relativo à como a mídia tem produzido seu discurso

a respeito do *crack*. Essa retomada é importante para alinhar as colocações subsequentes, já que as proposições foucaultianas servirão de guia para a análise que passo a apresentar a seguir.

**4 ARTICULANDO A MÍDIA, O *CRACK*
E A GOVERNAMENTALIDADE**

4.1 RECURSOS METODOLÓGICOS

Na presente pesquisa que trata sobre a mídia e o *crack*, discute-se o discurso produzido por esta, destacando como se opera o processo de governamentalidade, a partir da perspectiva de Michel Foucault. Para isso, será trabalhada a articulação entre dois campos: a saúde e a segurança pública. A presença desses dois campos se deve a uma análise específica fundamentada nas reportagens.

Cabe mencionar que os arquivos trabalhados nesta dissertação lidam com o *crack*, mas também com drogas que a ele se vinculam, como a cocaína, a pasta-base de cocaína e o óxi, por exemplo, já que muitas reportagens falam do *crack* associado a essas substâncias.

No intuito de analisar a questão da pesquisa, que consiste no discurso que a mídia tem produzido sobre o *crack*, balizado pelo conceito de governamentalidade de Foucault (2008a, 2008b), faz-se uso, como procedimento metodológico, de um conjunto de artigos e reportagens, disponibilizados digitalmente, de duas mídias para a composição da análise: do jornal Correio do Estado de Mato Grosso do Sul, em âmbito estadual, e da revista VEJA, que possui uma distribuição nacional. Os materiais de pesquisa selecionados foram publicados no período de janeiro de 2010 a janeiro de 2012.

As ferramentas metodológicas utilizadas inspiram-se nos procedimentos trabalhados na tese de doutorado de Fischer (1996) e na pesquisa de Coimbra (2001), a partir da análise crítica do discurso da mídia. As produções dessas autoras foram escolhidas porque estas trabalham com o discurso da mídia sob a perspectiva teórica de Michel Foucault. Dessa maneira, elabora-se uma análise, a partir do material produzido pelo discurso da mídia, encontrado nas reportagens, visando a articular com o conceito de governamentalidade de Foucault.

As Tabelas 1 e 2 buscam fornecer um vislumbre a respeito da seleção dos materiais impressos das mídias no período de 2010 a 2012, especificando cada um dos veículos utilizados. A Tabela 1 aborda o *crack* em específico e a Tabela 2, o *crack* e as demais drogas derivadas a ele associadas.

A Tabela 2 foi construída pela necessidade de se perceber que o número de reportagens específicas sobre o *crack* na realidade não diz respeito somente a um tema que é desenvolvido na mídia de forma aleatória. Nessa questão, nota-se, de forma mais abrangente, ao juntar as Tabelas 1 e 2, que enquanto o *crack* no jornal é percebido em um total de seis reportagens, agrupando os anos de 2010 e 2011, as reportagens totais, cujo assunto foi o *crack* e similares são mais 42 artigos, totalizando 48 artigos. Da mesma forma, é possível perceber que na Tabela 2, nos anos de 2011 e 2012, a revista apresenta um total de quatro reportagens específicas sobre o *crack*.

Tabela 1 - Reportagens sobre o *crack**

Ano	Jornal Correio do Estado	Revista Veja
2010	3	0
2011	3	2
2012	0	2

*Eixo temático: Número de artigos específicos sobre o *crack* pesquisados nas mídias de acordo com os referidos anos, em relação ao total parcial das reportagens sobre o *crack* e sob o total geral de reportagens abrangendo *crack* e demais derivados da cocaína. Período: Janeiro de 2010 a janeiro de 2012. Total de artigos por mídia: Correio do Estado – 48 e Revista VEJA – 12.

Fontes: CORREIO DO ESTADO (2010a-2012c); REVISTA VEJA (2010a-2012b).

Tabela 2 - Reportagens sobre o *crack* e similares*

Ano	Jornal Correio do Estado	Revista Veja
2010	12	2
2011	33	8
2012	3	2

*Eixo temático: Número de artigos pesquisados nas mídias envolvendo o *crack* e demais drogas, com seus respectivos anos. Período: Janeiro de 2010 a janeiro de 2012. Total de artigos por mídia: Correio do Estado – 48 e Revista Veja - 12.

Fontes: CORREIO DO ESTADO (2010a-2012c); REVISTA VEJA (2010a-2012b).

O conceito operador da análise do discurso da mídia em relação ao *crack* será a governamentalidade de Foucault e pensar nela é identificar um processo de gestão administrativa da vida, levando em conta a diferenciação existente entre as parcelas distintas da população, uma vez que essa não é formada de modo homogêneo (FOUCAULT, 1999).

Pelo discurso da mídia, percebem-se diferentes maneiras que ela tem de abordar a questão referente ao *crack*, ou ao usuário em si, entre estas se percebe que a mídia apresenta uma diversidade de relações, ora envolvendo as drogas, a família, o tratamento, ora o tráfico e a polícia, entre outras formas. A partir disso, a análise desenvolve-se em dois grupos: o que se refere a questões de discursos sobre a saúde e o outro, à segurança.

Antes de dar sequência aos dados da pesquisa, é útil esclarecer como o Plano de Enfrentamento ao Narcotráfico vem se desenvolvendo pelo Governo Federal. Isso não quer dizer que essa forma proposta esteja se desenvolvendo de maneira a alcançar os objetivos que deveriam preencher as reais necessidades dos usuários, porém, esses dados serão úteis, pois facilitarão um paralelo reflexivo entre o discurso da mídia e a maneira como o Estado tem desenvolvido esse tema. Esse Plano foi formulado conforme o Decreto nº 7.179, de 20 de maio de 2010, promulgado pela Presidência da República (BRASIL, 2010). A partir desse Decreto, o Governo Federal passou a atuar por meio do Plano de Enfrentamento da seguinte forma: “prevenção, tratamento e reinserção social de usuários, bem como desenvolveu o enfrentamento do tráfico de *crack* e outras drogas ilícitas” (BRASIL, 2010), por intermédio da união dos Estados, Distrito Federal e municípios.

A partir da pesquisa, que diz respeito a esta dissertação, em relação aos documentos analisados, a revista *Veja* e o jornal *Correio do Estado*, no período de 2010 a 2012, a mídia procura apresentar o Plano de Enfrentamento ao Narcotráfico, no qual o Poder Público

Federal vem procurando agir sobre várias frentes em relação ao *crack* e similares. Os meios utilizados são:

- a) em relação à revista: Instituto Nacional de Políticas sobre Drogas, Confederação Nacional dos Municípios (CNM)/Sensu, relatos advindos do Departamento de Inteligência da Polícia Federal brasileira e do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODOC);
- b) em relação ao jornal - dados da Polícia do próprio Estado: Departamento de Operações de Fronteira (DOF), especialistas, Ministério de Saúde (por meio de campanhas), Ministério da Justiça, CNM; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), CAPS, CAPS AD, SENAD, pesquisa da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) em parceria com a Universidade Americana, Operações em geral, Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), Departamento de Narcóticos da Polícia Civil (DENARC), Ministério Público Estadual, Delegacia Especializada de Repressão ao Narcotráfico (DENAR), parcerias das Polícias Militar, Estadual, Federal, de Fronteira, Pacificadora e de Choque, Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, Grupo Armado ligado à repressão de forma geral, Companhia de Gerenciamento de Crises e Operações Especiais (CIGCOE).

As ações de saúde executadas pelo Estado têm sido especialmente em relação aos investimentos nas políticas públicas. Porém, pelo discurso da mídia, percebe-se que ainda se está muito a desejar nessa área no Brasil, quando comparado com outros países.

A análise que se segue se produzirá a partir de uma sobreposição entre dois campos que ora parecem divergir e ora parecem sobrepor: a saúde e a segurança. Mas é importante dizer que em alguns momentos neste texto poderá abordar esses campos separadamente,

apenas para fins elucidativos e didáticos, já que, como se pode ver, o *crack* funciona como um articulador entre esses campos.

Isto quer dizer que se toma o *crack* como um articulador entre os campos da saúde e da segurança. Articulador porque ele conecta esses dois campos, possibilitando intervenções em comum, como é o caso de quando profissionais da área da saúde, por vezes, são acompanhados por policiais para entrar no espaço da crackolândia. Do mesmo modo, o *crack* também opera como um articulador nesses campos quando, em nome da saúde do sujeito, o judiciário encaminha o usuário de *crack* a uma internação compulsória. Essas situações, trazidas aqui como um exemplo, colocam em questão o *crack* como um dispositivo que articula e mobiliza a rede de saúde e de segurança em uma direção: a de seletividade no que se alude ao usuário. Dessa maneira, entende-se, ao se fundamentar em Foucault, que a maneira como a mídia desenvolve seu discurso pode ser associada a uma espécie de norma. Além disso, o modo como o discurso da mídia se propaga nos permite pensar que se está referindo a um campo que produz verdades, e que, nesse aspecto, passam a produzir efeitos importantes no social.

A partir dos estudos de Revel (2011), inspirados em Foucault a respeito de norma, é possível verificar que esta está ligada tanto ao biopoder, ou seja, a um poder que tem ação “sobre a vida”, quanto à governamentalidade, dirigindo o foco aqui mais especificamente aos modos de gestão dessa vida a qual se incide a ação. Eles, por sua vez, estão ligados a modelos jurídicos, mas que dão lugar também a um modelo médico – ou seja, já evidenciando uma conexão e articulação entre saberes como um modo de administrar a vida – e que acaba indo além de questões relativas à doença, pois organizam instituições. Dessa forma, nessa produção normativa, conseguem também desenvolver uma “distinção permanente entre o normal e o patológico e impor um sistema de normatização dos comportamentos e dos modos de vida” (REVEL, 2011, p.109). Com isso, eles acabam tendo lugar à aplicação de vários

biopoderes sob o princípio ligado tanto à economia quanto à gestão política. No entanto, é importante ressaltar que a mídia – ainda que não seja ela mesma pautada no saber médico ou jurídico, por exemplo – funciona como uma proliferadora de diversos saberes, que têm também por efeito a produção de uma prescrição em “como agir”, que, por sua vez, produz normatividade.

Nesse sentido, pode-se pensar que a governamentalidade de Foucault refere-se aqui também à mídia, já que, nessa prescrição de como ela propaga, de “modo correto e adequado”, se produz um efeito reflexivo do sujeito em relação a si e aos outros, mas também à própria população em geral. Ou seja, quando uma mãe lê no jornal que o *crack* vicia, imediatamente, ela teme que seu filho tenha contato com essa droga e isso produz certa forma de governo sobre a vida dessa família, por exemplo.

4.2 DISCURSO NORMATIVO SOBRE O *CRACK* NOS CAMPOS DA SAÚDE E DA SEGURANÇA

Nessa espécie de gestão, será utilizado o discurso da mídia a respeito de uma série de reportagens ligadas a uma substância química também derivada da cocaína, denominada de óxi. Essa substância é muito semelhante ao *crack*, porém difere deste em relação a sua fabricação, já que o óxi é uma sobra da cocaína misturada com elementos inflamáveis, como se refere ao seguinte trecho de reportagem: “na composição do óxi, além da pasta base de cocaína, vai o cal virgem e solventes, como óleo diesel ou querosene” (CORREIO DO ESTADO, 2011p).

A seguir, são apresentados três trechos de artigos do Jornal e um da Revista, a fim de refletir a respeito de alguns dados:

- a) 1º de maio de 2011 – Título: “Mais devastador e barato que o *crack*, óxi chega a SP”. Trecho da reportagem: “Há indícios de que 60 quilos de *crack* apreendidos em março na capital sejam, na verdade, óxi” (CORREIO DO ESTADO, 2011q);
- b) 25 de maio de 2011 - Título: “Óxi pode matar 30% dos usuários em apenas um ano”. Trecho da reportagem: “O óxi entrou no Brasil há sete anos pelas fronteiras que o Acre faz com a Bolívia e o Peru” (CORREIO DO ESTADO, 2011r);
- c) 8 de agosto de 2011 - Título: “Relatório da Polícia Federal diz que a droga óxi não existe”. Trecho da reportagem: “Um relatório da Polícia Federal afirma que a droga óxi, conhecida como a pedra da morte, não existe” (CORREIO DO ESTADO, 2011v);
- d) 16 de novembro de 2011 – Título da reportagem: “O *crack* virou epidemia” Trecho da reportagem: “[...]. Para mim, é evidente que essa droga se tornou uma epidemia, não há outro termo, não há como amenizar. [...]. Já não é sem tempo, a epidemia avançou mais rápido do que as ações de combate.” (PADILHA, 2011, p.20).

Por meio desses dados, percebe-se que a mídia tenta desenvolver certa sequência em seu discurso. Inicialmente, o jornal tenta desenvolver um processo de “esclarecimentos” e alerta, em que se percebe que em apenas um mês a mídia intensifica seu discurso promotor de pânico sobre o tema. Ela utilizou quatro reportagens sobre o mesmo assunto, em duas delas com o intervalo de dez dias e as outras duas, em dias sequenciais. Após esse período, a mídia silencia por três meses, e, após esse período, ela retoma o assunto, só que desmentindo a existência do óxi, a droga de que tanto havia se referido como elemento devastador. Na data de 16 de novembro de 2011, o que chama a atenção é o efeito “incisivo” do título da reportagem intitulada “O *crack* virou epidemia” (PADILHA, 2011), no qual a discussão centrou sobre saúde de forma geral, desvios e corrupção na utilização do investimento

financeiro, política e uma pequena discussão a respeito do *crack*. Discussão esta que, em dezesseis das reportagens, somente duas eram a respeito do *crack*.

A utilização e a organização das palavras descritas, como estratégia de gestão, podem ter efeitos e significados que mexem com as emoções de quem entra em contato com conteúdos expressos pela mídia. Penso que podem ocorrer desde um processo que leve a uma tranquilidade acima do que é urgente, quanto o “pânico” fabricado por notícias.

Acredita-se ser interessante neste momento, apresentar alguns dados de uma pesquisa recente, também a respeito do *crack* realizada pela FIOCRUZ (BRASIL, 2013a, 2013b). Essa pesquisa mostra que entre novembro de 2011 a junho de 2013, foram entrevistados 7.381 usuários de *crack* em 112 municípios, incluindo todas as capitais brasileiras. Porém, alguns dos dados que mais chamam atenção se referem ao fato de que 0,8% da população já fez uso ou ainda faz uso do *crack*; ou seja, trata-se de uma população que consome a droga de forma regular e os “usuários de crack e/ou similares correspondem a 35% dos consumidores de drogas ilícitas nas capitais do país” (BRASIL, 2013a, p. 4). No que tange às mulheres – 20% dos usuários – cerca de 10% desse grupo que utiliza a droga afirma estar grávida (BRASIL, 2013a).

Quanto à criminalidade, menos de 9% dessa população comete delito para sustentar o uso, embora quase a metade dessa população já tenha sido presa (42%). A pesquisa ainda ressalta que 47,3% da população se encontra em situação de rua (o que não significa que morem na rua, mas que utilizam a rua como espaço de uso). Aqui temos algo que pode nos fazer associar a certo “território” que os usuários utilizam dentro de um espaço de tempo. Ao associar a uma parte da reportagem de 25 de maio de 2011 (CORREIO DO ESTADO, 2011r), onde diz que “Óxi entrou no Brasil há sete anos pelas fronteiras que o Acre faz com a Bolívia e o Peru”, permite a observação de que existe certo perigo de fronteiras, o que acaba por

envolver segurança e território. Isto me reporta às questões ligadas a Foucault (2008b), em que a questão da demarcação de espaços geográficos por parte do Estado era necessária para a consolidação das terras sob seu domínio.

Retomando os dados da pesquisa, o tempo médio de uso de *crack* também pode ser observado, pois a pesquisa afirma que é de oito anos nas capitais e cinco anos no interior (BRASIL, 2013a, 2013b) – contrariando a ideia que a mídia divulga de que a droga mata rapidamente.

As informações da pesquisa da FIOCRUZ (2013) não só contrariam aquilo que a mídia vem incessantemente abordando sobre o *crack* como também não é tratada por essa mesma mídia como uma informação relevante, já que um dos veículos da mídia aqui citados (no caso, a revista *Veja*) tratou essas informações da FIOCRUZ de modo irônico (ainda que não seja o alvo do período por mim analisado), sob o título “Atenção! Dados sobre drogas da Fundação Oswald Cruz afrontam a aritmética elementar: ou para a Fiocruz, maconha não é mais droga?” (REVISTA VEJA, 2013), escrita após a divulgação da pesquisa citada.

Ao retornar à reportagem de 16 de novembro de 2011 da revista, juntamente com as reportagens sobre o óxi, como pesquisadora, procurei associá-las ao referido estudo. A forma “alardeadora” do discurso da mídia faz perceber que o resultado da pesquisa da FIOCRUZ, em alguns momentos, não mostra uma realidade do *crack* sobressaindo às demais, por exemplo: 0,8% da população brasileira já fez, ou ainda faz uso do *crack* (BRASIL, 2013a, 2013b). Então, por que falar em “epidemia”?

Para Coimbra (2001), a mídia, dentro de suas atribuições, acaba por delimitar um conteúdo de informações no qual procura desenvolver um destaque delas, por meio de certos acontecimentos, determinando os momentos em que elas serão apresentadas, de forma dramática, sensacionalista, a fim de provocarem pânico ou interesse em quem entra em

contato com esse conteúdo. Além disso, a mídia decide certa “pauta” que hierarquiza alguns assuntos em relação a determinados temas.

Fischer (1996), ao se referir a Foucault, a partir de seus estudos, comenta que “Há discursos e relações, que o próprio discurso põe em funcionamento” (FISCHER, 1996, p.102). Com isso, ela demonstra que, para Foucault, o discurso não é um conjunto de signos, distorcidos, deturpados, mas sim um meio de “aparecer na complexidade que lhe é peculiar” (FISCHER, 1996, p. 102). Ou seja, as questões que o discurso da mídia coloca em pauta fazem mover e circular certas formas de relação no social: o pânico de uma epidemia, uma droga que vicia imediatamente e mata em pouco tempo e outros. Diante de uma situação como esta, o desespero é produzido pelo discurso sobre a droga.

Portanto, indaga-se: o que faz com que a mídia desenvolva certos discursos, pois, por um lado, apresentam-se dentro de um jogo com outra “verdade”, como é o caso de quando trata o *crack* como uma “epidemia”, diferente da FIOCRUZ, pois ela já demonstra, por meio da pesquisa, que isso não é verdade. Em outros momentos, mexe com o emocional do leitor com questões “chocantes e apavorantes”, ao lidar com o conceito de epidemia. O pânico que ela produz opera e promove um modo de governo que não apenas cinde a sociedade, mas fará com que a parte da população não usuária dessa droga passe a desenvolver certo medo dos usuários de *crack*, os quais são vistos não apenas como doentes, mas como agentes potenciais de perigo, porque usam uma substância capaz de causar uma “epidemia”. Dados estes que podem ser vistos também como uma ação política, já que travam um embate entre o discurso da mídia e o da ciência, aqui representada pela FIOCRUZ.

Pelo fato de a mídia utilizar um discurso com questões ligadas à saúde (“como tratar um usuário de *crack*?”; “ele tem condições de opinar sobre seu tratamento já que é completamente dominado pela droga?”), percebe-se que esse discurso pode ser um dos

recursos que favorecem articulações de relações de saber e poder. Nessa articulação, nota-se que a mídia produz uma “verdade” quando insiste incessantemente em epidemia ou quando ironiza os dados produzidos pela FIOCRUZ. No entanto, o impacto que acaba causando na sociedade torna-se percebido como verdades absolutas, pois nem sempre se questiona o que é propagado. Nesse aspecto, a mídia produz governamentalidade, ou seja, produz formas de administrar o *crack* e seu usuário (e do que pensarmos sobre essa pessoa e seu vício). Não interessa aqui saber “quem está com a verdade” (se a mídia ou a FIOCRUZ, no caso), já que ela é fabricada, mas sim a forma de governo colocada por esse embate. No caso, interessa o que essa mídia produz como forma de governo. Essa forma, como a mídia se posiciona, nos faz pensar nos estudos de Foucault (1992), quando ele traz a ideia de um poder que atua sobre a vida, por meio de uma arte, de uma estratégia, envolvendo um exercício de relações sociais, atinge o corpo e acaba por penetrar na própria vida do sujeito.

Dentro da construção de um processo de governamentalidade por meio do discurso da mídia, acredita-se que as palavras podem se enquadrar como um dos recursos de um conceito denominado de biopoder. Perceber também, esse discurso é levar em conta a governamentalidade, a partir de certo momento da história, no qual surgem mudanças de interesses em relação à vida humana.

O biopoder envolveu um processo histórico, no qual ocorreram mudanças na racionalidade; deixou de ser uma questão que mobilizava a soberania que era a de “fazer morrer, deixar viver” e passou para “um poder cuja função mais elevada já não era mais matar, mas investir sobre a vida, de cima para baixo” (FOUCAULT, 1999, p. 131). Com isso, passou-se a “encarar os processos da vida”, em relação aos indivíduos ou à população. Ou seja, o poder que podia levar à morte se transformou em um poder positivo de gerir a vida, por meio da sua multiplicação, do exercício, dos controles e da regulação (FOUCAULT,

2008b). Dessa forma, penso que o discurso que aparece na mídia como uma estratégia de governo incide, ou seja, produz efeitos na vida da população.

Observa-se isto na reportagem de 16 de novembro, no trecho em que o Ministro da Saúde se expressa da seguinte forma: “[...] a epidemia avançou mais rápido do que as ações de combate”. Ou seja, este é um dado que pode ser associado aos estudos de Foucault (2008a), que faz parte das estratégias biopolíticas. Uma das associações que podem ser feitas com relação a esse tema é o fato de que a mídia utiliza o discurso como um dado de que existem falhas nas políticas de saúde, em relação aos usuários de *crack* (PADILHA, 2011, p.20)

No intuito de utilizar nesta dissertação a reflexão sobre a governamentalidade de Foucault, é necessário traçar um paralelo entre o conceito citado e o biopoder. Dessa forma, é possível verificar que o primeiro se refere a uma racionalidade específica da gestão da população, enquanto o segundo é um modo de gerir a vida das pessoas (FOUCAULT, 1992, 2008b).

Ao voltar novamente à possibilidade de uma governamentalidade dentro do pensamento de Foucault (2008a), percebe-se na mídia, uma forma de relação de poder e saber, em que pode haver um “assujeitamento dos sujeitos”, a partir dos discursos prescritos a respeito do *crack*.

A mídia utilizou o óxi para desenvolver uma série de reportagens. Reportagens estas em que foi possível pensar com o conceito de Foucault (2008a) sobre governamentalidade, pois se percebem inúmeras possibilidades da presença de uma racionalidade em que se articulam na mídia o poder e o saber, mas direcionada a uma parcela da população, no caso, os usuários de *crack* – tomados como “agentes que merecem atenção e vigilância” e a população não usuária dessa droga (geralmente usuária das drogas lícitas!) que também

recebe pela mídia orientações de como olhar e tratar e temer a população que usa *crack*. Essa estratégia de poder pode ser associada a essa possibilidade que a mídia tem de atingir grande parte da população por meio daquilo que expõe como verdade, esquadrinhando-a.

4.2.1 Sobre a sobreposição “polícia e saúde”

Neste momento, pretendo refletir a respeito do que a mídia fortalece por meio de informações, que, muitas vezes, são produzidas e tomadas como verdades. Isto produz realidade e atenção à saúde, a partir das relações entre periculosidade e vigilância. Em consequência disso, poderia se pensar que a mídia está preocupada com investimento em um tipo de sociedade específica, isto é, a classe média e os grupos mais abastados economicamente.

Nesse caso, também é importante pensar sobre o uso de certas divulgações de dados, como é o caso da estatística. De modo geral, pode-se pensar que as estatísticas são fundamentais para a administração por parte do Estado, pois elas permitem o controle da população a partir de seus processos específicos (quantos nascem, morrem, trabalham, qual o nível de escolaridade e outros) e, a partir disso, podem ser utilizadas como ferramentas para a construção de ações de intervenções que estruturam as políticas públicas.

Contudo, com relação ao conceito de estatística usado pelo Jornal, foi possível observar que, em 48 artigos analisados, 22 deles se referiam a ela. O que leva a pensar que a mídia também tem utilizado uma busca relativa de dados relacionados às estatísticas, porque é um regime de verdade.

Ao observar a forma como as estatísticas aparecem na mídia, entende-se que ela ocorreu por meio de estudos, relatórios e comparações com outros Estados e países. Percebe-se, também, que, pelas estatísticas, a mídia acaba tentando produzir um discurso “verdadeiro”, buscando comprovações, comparações, atualizações de informações, no intuito de mostrar as realidades por meio de dados comprobatórios. Assim, esses dados passam a contribuir com a “veracidade” do que está sendo veiculado em seu discurso.

Já em relação à Revista, observa-se que, nesse tema, das 12 reportagens selecionadas para a pesquisa, em oito delas os dados estatísticos estavam presentes. A partir disso, buscou-se conhecer em que conteúdo é que estava aparecendo esse tema. Da mesma forma que o jornal, as questões que mais apareceram com os dados estatísticos apresentaram comparações com outros Estados ou países.

Na reportagem de 17 de dezembro de 2010, o Jornal Correio do Estado (2010h) apresenta uma “demonstração” diferente daquela que a mídia tem apresentado em seu discurso, dentro da área de serviços de saúde, e que está relacionado à estatística. No Estado de Mato Grosso do Sul, foi realizada uma pesquisa tanto estadual, em 58 cidades, quanto no país, em 3.950 municípios, cujos dados partiram do IBGE. Esse censo “aponta que o número de usuários hoje no Brasil está em torno de 1,2 milhão e a idade média para início do uso da droga é 13 anos” (CORREIO DO ESTADO, 2010h, s.p.).

Esse trecho de reportagem mostra a mídia utilizando outra forma de abordar o *crack*, que são os dados estatísticos. Esses dados favorecem uma nova articulação das questões relacionadas a descritores que podem conjugar o *crack* por meio da saúde e da segurança. Ao pensar em questões relacionadas nas estatísticas, uma das ideias que passam é a de comprovação de determinado dado, e isso poderá facilitar que um conteúdo seja percebido como verdade.

Coimbra (2001) também traz sua contribuição quando desenvolve a ideia de que o excesso de informações e a maneira como elas são articuladas na mídia favorecem a intensificação de determinados conceitos ditos e tidos como verdades, perante a população.

Segundo Foucault (1999), a estatística foi útil para a possibilidade de administração das vidas da população. Por meio da história, houve um período chamado de época clássica na Europa Ocidental, em que ocorreu uma inversão na racionalidade com o advento da Modernidade. O poder, que antes envolvia a possibilidade de morte pela decisão soberana, passou a ser substituído pela “administração dos corpos” e a “gestão calculística da vida” (FOUCAULT, 1999, p. 131), a partir da formação dos Estados-Nação. Essa inversão proporcionou o desenvolvimento daquilo que Foucault (2008a) chamou de biopolítica. Nesse sentido, a estatística tornou-se fundamental. Um dos efeitos possíveis da estatística se deve, inclusive, à criação das instituições. Por exemplo, no momento em que o Estado que surgia começava a contar e a localizar seus doentes, criavam-se hospitais, asilos, manicômios.

Assim, as instituições contribuíram para o investimento na vida, nas forças e aptidões das pessoas, mas as mantendo sob a sujeição aos processos de gestão. No sentido de pensar sobre a mídia e os estudos de Foucault (2008a), é possível a percepção de que a mídia acaba sendo mais uma dessas instituições, pois procura operar por meio de relações de poder e saber, a partir do discurso do *crack*. No caso da reportagem do jornal Correio do Estado (2010h), acaba delimitando as estimativas numéricas em relação aos usuários, bem como à idade que eles estão iniciando nessa prática. Dessa forma, esses dados acabam oferecendo condições para a mídia ir delimitando as questões associadas à população de usuários de *crack*.

Retomando o conceito de saber em Foucault (1992), ou seja, conjunto de verdades que se apoiam em uma forma de verificação. Ele está ligado a uma instituição que, ao mesmo

tempo, desenvolve um processo prático ligado a um “dispositivo político”, estruturado a partir do envolvimento de questões econômicas, levando em conta: “Todo ponto de exercício do poder é, ao mesmo tempo, um lugar de formação de saber” (FOUCAULT, 1992, p. XXI), ou seja, os dois se implicam conjuntamente, permitindo um exercício relacional de forças, em que o “saber funciona na sociedade dotado de poder” (FOUCAULT, 1992, p. XXII).

Fischer (1996), ao se referir à mídia como “lugar por excelência da verdade”, que dizer que é justamente nesse meio que “se sintetiza a verdade científica, o que produz certamente uma transformação tática dos enunciados médicos e de saúde pública, por exemplo” (FISCHER, 1996, p. 283).

Ao pensar nas políticas das verdades, relacionadas ao *crack*, a mídia acaba, dessa forma, sendo um campo privilegiado em relação ao saber-poder. Questão esta em que inúmeras situações vão ocorrendo e, entre elas, as possibilidades da ação do próprio sujeito se apresentar como sujeito de suas ações e como assujeitado às ações dos outros.

A maneira como o usuário de *crack* é apresentado pela mídia possibilita pensar que ele apresenta-se bastante comprometido em relação ao seu meio, suas condições pessoais, econômicas, legais, entre outros. Dessa forma, acredito que a mídia acaba contribuindo para a visão que se tem do usuário seja cada vez mais preconceituosa, já que, quando utiliza certas afirmações em relação ao *crack*, é para alarmar sobre a falta de controle e outros. Nessa lógica, as políticas que apontam como “soluções” ao se referir para tratar o usuário de *crack* coincidem com a interdição da circulação deste, produzindo uma espécie de “polícia em saúde” (SCISLESKI et al., 2013).

Por meio da reportagem de 22 de junho de 2011 (REVISTA VEJA, 2011), uma parte do conteúdo discursivo se refere às internações do usuário em clínicas de recuperação, locais estes em que ele é enviado ou internado. E na outra reportagem, que também fala sobre o

assunto de internação, ou seja, 16 de novembro: “[...]. Não é usar a polícia para carregar o dependente para uma clínica qualquer. É preciso a avaliação de um profissional da saúde, e preciso escolher um local adequado” (PADILHA, 2011, p. 20).

Na primeira parte do trecho da reportagem citada, percebe-se que o usuário para ir à clínica precisará sair do convívio da comunidade e se associar a outra comunidade, geralmente bastante distante de seu local de origem. Esta acaba sendo uma estratégia de tutela da polícia e favorece pensar de acordo com Scisleski et al. (2013), ao colocarem a problemática do *crack* em termos de “polícia” e não de “política”, o que parece pertinente. Digo isto, pois o foco da atenção do atendimento oferecido ao usuário de *crack* não é a promoção de saúde, mas a interdição de sua circulação, removendo-o do contato social e apartando-o para longe, como é o caso das comunidades terapêuticas. Sobre esse aspecto, é importante também salientar que o próprio Conselho Federal de Psicologia (CFP, 2011) produziu um relatório denunciando que a maioria das comunidades ditas terapêuticas não possui um projeto de tratamento com profissionais de saúde qualificados para oferecer atendimento a esses usuários. Contudo, a mídia não promove esse tipo de discussão, assim como não apresenta alternativas para o tratamento dessas pessoas que não seja a estratégia de remoção do usuário de *crack* via internação para comunidades terapêuticas. Essas ideias podem ser percebidas na reportagem com o Ministro da Saúde Alexandre Padilha: “[...] tenho a convicção clara, dentro do que a Organização Mundial de Saúde defende, de que a internação involuntária é fundamental para proteger a vida das pessoas viciadas” (REVISTA VEJA, 2011, p.21).

É importante mencionar também que algumas das ações relativas ao combate às drogas estão presentes por intermédio de órgãos, como os da *Política Nacional sobre Drogas* (PNAD), SISNAD, e, ainda, outras políticas específicas dentro dessa mesma proposta, por exemplo, os CAPS AD, postos de acolhimento, ações referentes à RD, entre outros. Porém,

quanto a isso, a reportagem da Revista publicada em 16 de novembro de 2011, intitulada *O Crack virou Epidemia* (PADILHA, 2011), apresenta vários dados e com eles poderemos refletir algumas questões.

Cabe mencionar aqui outra questão fundamental que está colocada nessa discussão. Percebe-se, pelo o que a mídia vai apontando em seus discursos, que o *crack* não atingiu somente as classes menos favorecidas, mas também a classe média. Essa questão torna-se pertinente, pois, ao que parece, como vemos a respeito da divulgada ideia de “epidemia” do *crack*, tal droga tornou-se um elemento que demanda intervenção justamente quando ela adentra os grupos sociais economicamente mais abastados. Como já mencionado, a problemática do *crack* no Brasil não é recente, vindo a se constituir já no final dos anos de 1990. Contudo, o apelo para requerer uma intervenção sobre essa droga ocorre no momento em que filhos de famílias com poder aquisitivo entram em contato com essa substância. E é nesse contexto, como veremos posteriormente, que as intervenções de segurança de combate ao *crack* passam a ser requisitadas.

Os dois trechos, a seguir, da reportagem dizem respeito às perguntas realizadas pelo repórter Otavio Cabral, da revista *Veja*, ao então Ministro da Saúde Alexandre Padilha:

O governo está há tempos prometendo lançar uma campanha de combate ao crack. Por que está demorando tanto? Eu estive pessoalmente na Cracolândia de São Paulo no início do ano e observei de perto a deterioração provocada pelo crack. Para mim, é evidente que essa droga se tornou uma epidemia, não há outro termo, não há como amenizar. Por isso, a ação não pode ser exclusiva da saúde. É preciso haver uma coordenação de ações de segurança pública, de educação, de reinserção social. Nós, da Saúde, queremos pôr o dedo nessa ferida do crack e ajudar a cicatrizá-la. Já não é sem tempo, a epidemia avançou mais rápido do que as ações de combate. (PADILHA, 2011, p.20, grifo do autor).

O senhor é favorável à internação compulsória? Precisamos ter serviços de saúde diferentes para situações diferentes. É grave ter centenas de pessoas se drogando na Cracolândia, com suas famílias desestruturadas, sem perspectiva de reabilitação. Nesses espaços, é necessário ter consultórios de rua e pessoas capacitadas. Para esses casos, eu tenho a convicção clara, dentro do que a Organização Mundial de Saúde defende, de que a internação involuntária é fundamental para proteger a vida das pessoas viciadas. Temos

regras e protocolos para isso. Não é usar a polícia para carregar o dependente para uma clínica qualquer. É preciso a avaliação de um profissional da saúde, e preciso escolher um local adequado. Sou contra o recolhimento compulsório por policiais. Agora, eu defendo sim, a internação involuntária em caso de risco de vida. (PADILHA, 2011, p.21, grifo do autor).

Apesar de o Ministro da Saúde colocar que o uso de *crack* é uma epidemia – e, como já apresentada anteriormente, a pesquisa da FIOCRUZ (BRASIL, 2013a, 2013b) traz informações bastante diversas dessas colocações –, nos parece também que o próprio Estado, e não apenas a mídia, traz em sua proposta de atenção a essa população a necessidade de uma justificativa para interditar essa mesma população a partir da sobreposição “saúde-segurança”. Pelo fato de o *crack* ser tomado como uma “epidemia” é que a saúde sozinha não pode dar conta, conforme as colocações do Ministro. Ainda de acordo com essas afirmações, entende-se que uma medicina social é necessária nesse caso.

Não se afirma aqui que não é preciso que em muitos casos um atendimento que possa às vezes desencadear em uma internação psiquiátrica e mesmo compulsória, mas que da forma como a questão tem sido colocada, parece que esse é o procedimento de praxe. E mais: é o atendimento “padrão” voltado a essa população em especial. Por que “privilegiar” o usuário de *crack* para esse tipo de intervenção?

É interessante também pontuar aqui a fala do Ministro sobre a família desses usuários, que são “desestruturadas”. Será, então, que o “privilégio” dessa modalidade de atendimento a esses sujeitos se devem por isso? Por que são sujeitos provenientes de “famílias desestruturadas”? Então, conforme a fala do Ministro, sujeitos que provêm de uma família “estruturada” (ainda que não se explique exatamente o que é isso) não merecem ou precisam desse tipo de intervenção.

Retomando a ideia de “polícia em saúde” (SCISLESKI et al., 2013), a questão que se coloca também é a de uma sobreposição dessas duas áreas – segurança e saúde –, mas por

meio de uma estratégia: a vigilância, o controle e a interdição da circulação daqueles que ameaçam a ordem pública em nome de investimentos ou estratégias em saúde. Nesse caso, entende-se que a saúde aqui opera não como um serviço para sua promoção, mas como um termo utilizado para tomar ações em prol da segurança dos cidadãos “de bem” – esses que provêm das “famílias estruturadas” – da sociedade.

Desse modo, pode-se entender então que essa justificativa, utilizada a partir do uso da saúde para promover ações que interdita e isola do convívio social certa categoria da população, como os usuários de *crack*, reedita um modelo antigo de tratar a população que antes sofria com a doença mental e agora, no caso, com a dependência química de *crack*: o manicômio (FOUCAULT, 2000). No entanto, não é exatamente o manicômio que surgia na Modernidade, pois este implicava um espaço configurado, pouco a pouco, a partir do saber médico (FOUCAULT, 2000). O que se tem agora, parece, é a configuração de um espaço físico que toma por modelo o manicômio – entendendo aqui esse manicômio como um lugar afastado da vista do cidadão – mas sem o saber da área da saúde, já que, como apontou o relatório do Conselho Federal de Psicologia (CFP, 2011), não há uma proposta de tratamento baseado no conhecimento da área da saúde.

Assim, pode-se pensar que a governamentalidade que aqui se produz diz respeito apenas à segurança, no sentido de controlar e de interditar os usuários de *crack*, extraíndo-os do espaço urbano e removendo para longe, mas que age em nome da saúde. No caso, as ações traçadas em nome da saúde funcionam como polícia (SCISLESKI et al., 2013). No entanto, pelo que se vê nas reportagens, a mídia não aborda essa questão, pelo contrário, aponta como solução para o “problema” do usuário de drogas seu afastamento da sociedade. Dessa forma, pode-se entender também que a governamentalidade que a mídia produz, nesse caso, é a estigmatização, o preconceito em relação ao usuário de *crack* e que o tratamento adequado a ele deve ser o encaminhamento às comunidades terapêuticas.

Ainda em relação à reportagem anterior, o Ministro da saúde coloca que são necessárias diversas formas de atendimento à população usuária de *crack*, mas não explica como são esses atendimentos, exceto a referência maior que faz à internação involuntária e compulsória. A própria mídia insiste, como observado na pergunta do repórter, na internação compulsória, sem questionar os demais atendimentos que o ministro mencionou anteriormente (PADILHA, 2011).

Ademais, ao se referir às questões ligadas à recuperação, a mídia traz em seu discurso parte das ações do Governo Federal em relação ao Enfrentamento ao Narcotráfico. Isto pode ser percebido na referida reportagem, no depoimento do Ministro da Saúde (PADILHA, 2011), que mencionou essas formas optativas de tratamento, ainda que a mídia não tenha explorado essa questão. Por isso, cabe aqui uma discussão sobre a ideia de recuperação, a partir do que foi mencionado, por meio de três modalidades: internação compulsória (que é a proposta da pergunta do repórter), internação involuntária (que é a resposta que o ministro fornece), clínicas terapêuticas e consultórios de rua.

Nesse momento, detêm-se em algumas questões específicas dessa entrevista. Para isso, chama-se a atenção para alguns trechos da resposta do Ministro, referente à primeira pergunta feita a ele. As observações são as seguintes: a primeira delas é quando o Ministro se pronuncia sobre a necessidade de serviços diferenciados e a segunda, quando se refere às *cracolândias*, onde há centenas de sujeitos advindos de “famílias desestruturadas” e sem “perspectivas de reabilitação”; para isso, segundo ele, são necessários “consultórios de rua e pessoas capacitadas” para o atendimento a essa população. Ele demonstra, dessa forma, que é a favor da “internação involuntária”, e prossegue dizendo que há “regras e protocolos”, sendo necessária uma “avaliação de um profissional de saúde” e que ele, o Ministro, defendia esse tipo de internação “em caso de risco de vida” (PADILHA, 2011, p.21).

Inicialmente, começa-se pensando a respeito dessas palavras do Ministro e da realidade das políticas públicas. O discurso da mídia apresentou um dado interessante, pois, de um lado, trouxe o reconhecimento do Ministro ao perceber que a situação relacionada ao *crack* avançou mais do que as próprias ações de combate a essa droga, ou seja, questões que envolvem o combate à droga e à dependência química – embora não explique exatamente como. Por outro lado, existe a percepção de que o Governo Federal não foi capaz o suficiente para mudar a realidade das famílias de onde provém o dependente químico. Ao mesmo tempo, o Ministro declara-se favorável às iniciativas referentes à internação involuntária, as clínicas terapêuticas e os consultórios de rua. Todavia, em nenhum momento explica ao leitor, por exemplo, a diferença dessa estratégia de atendimento. Na leitura da reportagem, a internação compulsória aparece como a solução para essa “epidemia”. Também é possível perceber que o próprio Ministro acaba unindo os campos da saúde e da segurança.

Antes de prosseguir sobre a internação, é necessário rever o que envolve as estratégias de combate ao narcotráfico. A primeira, já citada, refere-se ao Decreto nº 7.179/2010, promulgado pela Presidência da República. Esse Decreto mostra a base de enfrentamento a partir das questões ligadas diretamente ao usuário, como a “prevenção, tratamento e reinserção social” e as demais, ligadas à segurança (BRASIL, 2010). A segunda refere-se ao discurso da mídia, por exemplo, o que é percebido no trecho de reportagem da Revista VEJA de 16 de novembro de 2011, por meio das palavras do então Ministro da Saúde Alexandre Padilha ao repórter Otávio Cabral (PADILHA, 2011, p. 20): Repórter: “O governo está há tempos prometendo lançar uma campanha de combate ao *crack*. Por que está demorando tanto”? Então, o Ministro responde: “[...] É preciso haver uma coordenação de ações de segurança pública, de educação, de reinserção social [...]” (PADILHA, 2011, p.21). Aqui é possível perceber que o discurso da mídia envolve também o modelo advindo das políticas públicas e apresenta-se de forma específica nos textos em geral das demais reportagens

utilizadas na pesquisa. É nelas que os discursos aparecem, por exemplo, por meio de segurança, como buscas, apreensões, prisões, e de políticas públicas, que envolvem tratamento, internação, entre outras maneiras de atuar dentro das estratégias do narcotráfico.

Retornando à questão relacionada à internação compulsória, utilizada pelo discurso da mídia, ressalta-se o fato de que o discurso não apresentou dados, a não ser o termo em si. Por isso, por perceber a necessidade de conhecer um pouco mais sobre essa proposta, buscaram-se informações nos dados do Portal do Governo do Estado de São Paulo (SÃO PAULO, 2013), e foram obtidas as seguintes informações: existe uma diferença entre a “internação compulsória” e a “internação involuntária”. A primeira diz respeito a uma estratégia que é prevista no art. 9º da Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001 (BRASIL, 2001a): cuja atitude possibilita a internação do dependente, por meio de pedido médico que atesta a incapacidade “psicológica e física”, por determinação do juiz. A segunda internação, denominada de involuntária, também prevista na mesma lei, é realizada por solicitação do familiar ao psiquiatra sob a necessidade da internação. Os “responsáveis técnicos do estabelecimento de saúde” necessitarão informar o Ministério Público, em “72 horas”, sobre os motivos da internação. Em ambas as internações, percebem-se tutelas de controle, pois a preocupação se refere somente ao período de internação e não com a saída desse usuário. Ou seja, questões que envolvam sua reinserção na sociedade, preocupações com escola, trabalho, laços familiares, entre outros elementos que deveriam fazer parte do “tratamento”.

Com esses exemplos, percebe-se que protocolos costumam fechar situações por meio de verdades únicas, porém, outras, que às vezes não são levadas em consideração, acabam por ser desprezadas e, com isso, prejudicam de forma significativa outras situações, que poderiam ser superadas e não são, porque simplesmente ainda não foram padronizadas. A padronização facilita a ação, torna o processo aparentemente mais planejado e organizado, porém exclui os que não se enquadram ao processo. Ademais, percebe-se que a internação compulsória ocorre

por determinação judicial, ao passo que a involuntária requer a demanda familiar, isto é, elas operam com a lógica da tutela, da interdição, do controle e da vigilância.

Outra maneira de perceber os efeitos de uma internação é por meio de um caso analisado por Saporì e Medeiros (2010). O relato é de uma paciente de “42 anos, classe média, casada, dois filhos”, profissional autônoma, usuária de *crack* em uso diário há 14 anos. Essa mulher exercia seus diferentes papéis, como profissional, dona de casa, mãe, esposa, entre outros (SAPORI; MEDEIROS, 2010, p.187). Porém, quando seu marido descobriu, ela foi exposta diante da família e de seus colegas de trabalho, foi internada, perdeu a guarda dos filhos e tornou-se mais dependente de *crack*. Seguiram-se a essas atitudes, perdas sucessivas e falta de expectativa após seu retorno da internação. No caso relatado, não foi uma ação policial, mas foi a ação do marido, associada ao conjunto de perdas e a presente e futura rotulação, que estiveram presentes na vida dessa paciente. Os autores seguem dizendo que a partir dessa intervenção, poderão ocorrer duas situações: uma ligada à adaptação às “normas sociais e terapêuticas” e a outra, a um enredamento a rótulos, como o de marginal (SAPORI; MEDEIROS, 2010, p.187).

É importante colocar que esse caso ilustra o entendimento que as pessoas leigas – e respaldadas pelas informações da mídia – podem fazer ao se deparar com um usuário de *crack*. A usuária em questão fazia uso da droga há 14 anos, ou seja, convivia com a droga e desempenhava suas funções sem problemas, mas, no momento em que ela é percebida como “usuária de *crack*”, torna-se uma pessoa incompetente para o exercício das atividades que já realizava. A nosso ver, essa é outra faceta importante de ser lançada no que tange à governamentalidade: quando o sujeito se torna usuário de *crack*, toda a sua vida parece reduzir-se a isso. Quando se pontua aqui a ideia de “tornar-se usuário de *crack*”, não se afirma que se trata apenas de alguém que usa a droga, mas que passa a ser reconhecido a partir desse uso.

Além disso, essa situação faz associar a decisão de intervenção um tanto quanto prematura, pois parece que não se pesaram as consequências desse ato em relação às várias “perdas” decorrentes desse tipo de medida. Com isso, pode se perceber, que conforme o jeito que se age em determinadas situações, o dependente pode ser ajudado ou prejudicado. Contudo, entende-se também que esse tipo de reação do familiar é o esperado, já que as informações que a mídia lhe passa é que o sujeito usuário de *crack* não é capaz de administrar seu vício, que a droga produz “epidemia” – ou seja, o sujeito perde o total controle de sua vida para a droga – e é também incapaz de realizar qualquer coisa que não seja a manutenção de sua dependência.

A internação tanto compulsória quanto a involuntária fazem parte das políticas públicas. De forma geral, é importante perceber que essas políticas são um campo em que é desenvolvido um processo de saber, ou seja, de conhecimento, no qual estão presentes regras, elaborações e avaliações (SOUZA, 2006). São também meios que interligam o Estado àquilo que vai ser tomado como algumas necessidades da população.

Porém, é importante destacar que a maneira como essa questão de internação compulsória vem sendo dirigida, a partir das informações divulgadas pela mídia, parece que esse tipo de procedimento é usado como recurso primeiro, e não para casos pontuais e de urgência. Percebe-se que essa frente acaba por se tornar uma estratégia que “enclausura” o dependente e, com isso, não há resgate nem solução para os problemas reais, que, no caso, é a dependência do “*crack* e/ou similares”.

Coimbra (2001) também traz contribuições que podem ser utilizadas na situação de luta relacionada aos direitos humanos. Para ela, esses direitos acabam sendo fragmentados e apresentam-se de maneira descontínua e localizada. E direitos, assim, não estão ligados à essência do homem, tampouco a sociedade.

As palavras de Souza (2006) e Coimbra (2001) fazem pensar que a forma de governamentalidade articulada pela mídia pode estar envolta, também, em uma série de influências, que, em determinados momentos, opera sobre noção de direito do indivíduo, quando padroniza as intervenções em saúde.

Para Souza (2006), a política pública aparece como um campo que integra algumas questões que envolvem a própria política, a sociedade e as instituições que definem. Para isso, as instituições procuram desenhar e implementar essas políticas públicas, e o foco das políticas públicas está voltado para a identificação do problema que ela pretende responder, a partir do qual irão se basear todas as decisões e implementações. Como se percebe, existe uma preocupação em unir política, sociedade e instituição. Assim como existe uma preocupação das políticas públicas em atingir as necessidades da população em geral, na qual está incluída a população usuária de “*crack* e ou similares”.

Os hospitais e outros espaços de serviços de saúde (CAPS, ambulatórios, Unidades Básica de Saúde – UBSs e outros) fazem parte das instituições que desenvolvem “cuidados”, porém, esses cuidados não atingem sempre as necessidades que precisariam ser preenchidas, a fim de contribuir com o resgate da saúde do dependente químico. Fato este que favorece o aparecimento do processo de governamentalidade, pois torna a vida das pessoas “menos digna”.

Na reportagem da Revista Veja de 22 de junho de 2011:

- a) nessa parte da reportagem, a mídia se referia a uma pesquisa de 2005 realizada pela “Rede Acreana de Redução de Danos”, pelo “economista Álvares Mendes” coordenador da pesquisa, em uma das partes que falavam de um dos viciados, que, após três anos, aquele era “o primeiro aniversário [...] fora de uma clínica”: “Na

internação mais recente, foram onze meses de tratamento, ao custo de 70.000 reais” (REVISTA VEJA, 2011c , p.100);

- b) outra informação, nessa mesma reportagem, em que a mídia traz em seu discurso, passado pela Universidade Federal de São Paulo e “conduzido pela psicóloga Maria de Fátima Padin”. Em um desses dados, ela se refere sobre “[...] o único tipo de ajuda [...]” que a família e o dependente acabam tendo disponível são os “[...] grupos de apoio específicos [...] Nar-Anon e o Amor Exigente”. Segundo o estudo, eles não envolvem “[...] doutrina religiosa nem política [...]”. Quem orienta são pais e mães voluntários que já passaram pelo drama de ter um filho viciado [...]”. E de acordo com “[...] o psiquiatra Ronaldo Laranjeira, da Unifesp, um dos maiores especialistas brasileiros em drogas” este é um belo trabalho e sem custo (REVISTA VEJA, 2011c , p.100).

De acordo com a mídia, como já citado, uma das tentativas que têm sido oferecidas aos usuários de *crack*, especialmente, se dá por meio da utilização de comunidades terapêuticas, voltadas para o atendimento de dependentes químicos. Segundo esse discurso, as tentativas envolvem alternativas que procuram amenizar as dificuldades relativas às internações. Conforme o Ministério da Justiça, no Portal Brasil (2014), há necessidade de fiscalização das comunidades terapêuticas (CTs), tanto dos conselhos estaduais e municipais, que estejam ligados às políticas antidrogas, como da SENAD, entre outros órgãos.

No primeiro trecho da reportagem (REVISTA VEJA, 2011c), observa-se a “possibilidade” de haver certo dinamismo, nas clínicas de tratamento de dependentes, que lembra, também, um estilo de rede. Essa rede acaba tendo um benefício em relação aos dependentes e sua família. Porém, para que isso ocorra, é necessária uma seletividade clara e objetiva em relação à população a ser tratada. Isso porque se percebe um processo de

beneficiamento financeiro, ligado de forma mais intensa em um dos tipos de tratamento oferecidos a essa parte da população, que é a do dependente de “*crack* e similares”. É possível nessa questão, em específico, que, por meio do discurso da mídia, se perceba que a clínica possa sair lucrando com a dependência química, o que pode se pensar que a rede da ilegalidade movimentada a partir de suas mazelas, também uma rede “legalizada”, como as clínicas, comunidades terapêuticas e outras.

Há de se pensar nos empreendedores desse tipo de negócio lucrativo, que trata dos dependentes químicos, não só do *crack*, mas de outras drogas também. Para que ocorra esse tipo de tratamento, é necessária a participação de uma equipe de profissionais especializados, como: médicos, psicólogos, terapeuta ocupacional, técnicos, entre outros. Assim, como existem os empreendedores propriamente ditos (diretores, vice-diretores, administradores), todos precisam estar voltados para um compartilhar de interesses e valores, próprios do local, visando, dessa forma, ao lucro financeiro.

Pensar a mídia, por meio de seu discurso é perceber empreendedores utilizando recursos a fim de atingir a população. Attingir a população envolve chamar sua atenção para o “produto” que ela quer “vender”, entendido como suas próprias ideias. Dessa forma, ao se pensar no *crack* e similares, a mídia tenta utilizar esse tema por meio de uma articulação de dados, ora voltados para as relações pessoais, familiares, ora sociais e orgânicas do dependente de *crack*. A mídia acaba utilizando os dramas voltados para a área do *crack* e similares, para chamar a atenção da população e, quanto mais chamar essa atenção, mais chance ela terá de aumentar seus lucros.

Pelas leituras do discurso da mídia percebe-se que, além de ela utilizar os discursos de “verdades” por meio das estatísticas e das políticas públicas, dentro dessa última, aparecem alguns discursos voltados para tentativas de apoio aos usuários de *crack*, pelas comunidades

terapêuticas e consultórios de rua. Porém, em relação a essas duas tentativas e dentro do espaço urbano, podem ser percebidas as redes de conexões. Isto porque a mídia também aborda em seu discurso os espaços territoriais, que acabam se formando em decorrência do usuário de *crack*.

A partir dos trechos de reportagens apresentados a seguir, será desenvolvida uma reflexão no sentido de como se processam essas redes, e, para isso, utiliza-se a primeira reportagem: nessa parte, a mídia se referia a uma pesquisa de 2005, realizada pelo economista Álvares Mendes, coordenador da pesquisa, quando ele falava de um dos viciados, onde contava que, após três anos, era aquele “o primeiro aniversário [...] fora de uma clínica”: “Na internação mais recente, foram onze meses de tratamento, ao custo de 70.000 reais” (REVISTA VEJA, 2011c , p.100).

É possível perceber, com essa informação, que a dependência química, nessas clínicas, acaba por demandar um tempo específico de permanência no local, por ser o custo econômico bastante expressivo, e, por isso, parte da população usuária não conseguirá utilizar esses serviços. Durante essa permanência, observa-se pela reportagem que ocorrerá também um processo de convivência e uma questão financeira a ser administrada.

Para Kastrup (2010, p. 80), “a rede deve ser entendida com base numa lógica das conexões [...] como um todo aberto, sempre capaz de crescer através de seus nós, por todos os lados e em todas as direções”. A fim de ampliar esse conceito, a autora utiliza autores como Deleuze e Guattari, onde define o “princípio de conexão”, a linguagem ali presente vai se conectar por vários tipos de cadeias, com as biológicas, econômicas e políticas, entre várias outras questões (KASTRUP, 2010, p. 81). As cidades são meios territoriais, onde muitas questões sociais estão envolvidas (SAPORI; MEDEIROS, 2010).

Desse espaço, que são as comunidades terapêuticas, que saem do meio urbano para acompanhar populações específicas, no caso o usuário de *crack*, é que todo um processo interno vai se organizando. Assim, as comunidades terapêuticas acabam sendo estratégias de governamentalidade.

Cabe aqui retomar a reportagem da revista de 16 de novembro de 2011:

O senhor é favorável à internação compulsória? Precisamos ter serviços de saúde diferentes para situações diferentes. É grave ter centenas de pessoas se drogando na Cracolândia, com suas famílias desestruturadas, sem perspectiva de reabilitação. Nesses espaços, é necessário ter consultórios de rua e pessoas capacitadas. [...]. (PADILHA, 2011).

A reportagem apenas menciona, mas não explica como esse serviço de consultório de rua funciona. Quanto a isso, a SENAD (apud NERY FILHO, 2011), de uma forma mais detalhada, tem entendido o consultório de rua como uma prática voltada para “atenção, prevenção e redução de danos associados ao uso de drogas por crianças, adolescentes e jovens em situação de rua”. A metodologia envolve a abordagem ao dependente químico no meio em que ele está, a fim de oferecer assistência interdisciplinar, que valorize tanto a cidadania, quanto a dignidade, apoiada pela SENAD, governo e sociedade. Alguns princípios éticos que norteiam esse trabalho é a presença do estigma que acaba por interromper todo um processo de compreensão que envolve a dependência, como as questões pessoais e sociais dentro dessa prática. “O respeito ao sofrimento”, que acaba trazendo uma compreensão relativa às condutas dos indivíduos, bem como a sustentação que envolve o indivíduo a se responsabilizar pelas suas condutas (SENAD apud NERY FILHO, 2011, p.36).

Para Jorge e Corradi-Webster (2012), esse trabalho contribui com as propostas de atuação tanto no campo da dependência do álcool, quanto das drogas. Esse Projeto de Consultório de Rua se apoia com “base no modelo de Redução de Danos”. É um campo

estratégico em desenvolvimento, mas já se recebe o reconhecimento do Ministério da Saúde, como um dispositivo de contribuição às “redes de atenção à saúde”.

Utilizam-se neste momento, os três exemplos: internações compulsórias ou mesmo involuntárias (citadas anteriormente), consultórios de rua e comunidades terapêuticas. Nos três casos, por mais que exista a iniciativa, há atuações sob o ponto de vista tanto médico quanto jurídico, que acabam sendo produções de “verdades”. Resulta com isso um requisito de controle a partir do que é visto como ameaça. Saporì e Medeiros (2010) levantam essas questões a partir de “modelos institucionais” planejados, que são tidos como estratégias; ou seja, parte da governamentalidade, mas que, no entanto, acabam tendo seus resultados da própria política que ocorre por meio dos modelos médicos e jurídicos, pois o usuário de *crack* é inconstante em suas ações, bem como outras questões que fazem parte dos dependentes químicos. Enquanto essa situação não se torna eficaz, essa população não alcança um apoio real em suas necessidades e acabam por padecer, podendo chegar à morte. Isso tudo acaba permitindo um “genocídio camuflado”, o que também passa a fazer parte de uma governamentalidade.

Uma das maneiras que se pode perceber a atuação da mídia em relação ao tratamento é que, de forma geral, acaba investindo bem pouco nessa área, pois, de todos os artigos da revista, só teve uma reportagem que falou desse tema; e do jornal, não houve nenhum que tratou dele, ou seja, investe pouco nessa parte menos favorecida da população. Assim, percebe-se que a mídia tem induzido a reflexão de forma mínima a respeito do encaminhamento do sujeito, para que ele chegue ao tratamento, e não há o desenvolvimento dos temas de forma a produzir um regime de verdade do leitor em relação a esse assunto. Por outro lado, ela tem mostrado um discurso em relação ao dependente de *crack* e similares que enfatiza formas de lidar com a questão a partir do isolamento, via internação compulsória. E, muitas vezes, padroniza determinadas atitudes, assim como o discurso que faz com que o

usuário de *crack* seja objetivado como um delinquente, sem condições nenhuma de conduzir sua própria vida.

Retomando a citação da letra “b”, citada anteriormente, a mídia também traz outra maneira de ver as clínicas terapêuticas (REVISTA VEJA, 2011c), nesse discurso, na mesma reportagem, pela Universidade Federal de São Paulo e “conduzido pela psicóloga Maria de Fátima Padin”. Em um desses dados, ela se refere sobre “[...] o único tipo de ajuda [...]” que a família e o dependente acabam tendo disponível são os “[...] grupos de apoio específicos [...] Nar-Anon e o Amor Exigente”. Segundo o estudo, eles não envolvem “[...] doutrina religiosa nem política [...]”. Quem orienta são pais e mães voluntários que já passaram pelo drama de ter um filho viciado [...]. E de acordo com “[...] o psiquiatra Ronaldo Laranjeira, da Unifesp, um dos maiores especialistas brasileiros em drogas” este é um belo trabalho e sem custo (REVISTA VEJA, 2011c, p.100).

Contudo, é importante mencionar que esses grupos são de apoio e não dispõem de profissionais de saúde com proposta de tratamento terapêutico. Ou seja, por mais importante que esses grupos possam ser, eles não são as instâncias encarregadas de fornecer atendimento em termos de ações planejadas por profissionais de saúde, mas atuam a partir da experiência dos envolvidos no grupo com a dependência química. Segundo a reportagem, eles têm sido apontados como as principais fontes de recurso de atendimento para usuários de drogas. Nesse caso o atendimento viria pela responsabilização individual.

É importante lembrar que o discurso da mídia pode atingir um alvo que é a população. Ela acaba por despertar o interesse para aquilo que ela pretende transmitir. Em se tratando do *crack*, ela utiliza uma articulação daquilo que envolve a realidade diária dele. Agindo dessa forma, ela acaba por fortalecer seus recursos econômicos. Mas voltemos novamente à questão de redes para melhor apropriação do conceito.

Para isso, uma caminhada pelos locais urbanos contribui em muito no fato de pensar que as cidades são um campo onde muitas questões acontecem e entre elas um local em que uma conexão de redes está presentes. A *cracolândia* acaba também sendo um fenômeno desse espaço urbano. A mídia, ao se referir sobre o assunto do *crack*, de certa forma, lida com essas questões não visíveis, assim como demonstra utilizar, em parte, essas questões.

A fim de acompanhar esse processo com um pouco mais de clareza, propõe-se, neste momento, fazer uma breve retomada à obra foucaultiana, para lembrar do surgimento da biopolítica e depois o entendimento a respeito das políticas públicas.

Por intermédio de Foucault (2008b), percebe-se que as relações de poder do Estado passaram a ser fortalecidas pela população, mais especificamente, o investimento sobre a população se deu com o Estado Moderno. A arte de governar passou por várias etapas. Com o surgimento da biopolítica (FOUCAULT, 2008a, p.431), houve a preocupação com as questões próprias da população, fatos estes que introduzem novos desafios, tanto aos poderes políticos, quanto à “economia desde o século XIX até nossos dias”. Com o neoliberalismo, a sociedade passa a ser vista a partir da lógica de mercado e a racionalização passa a girar em torno do *homo oeconomicus*. Portanto, a preocupação com o tema da população e o “sujeito de direito” chegou até aos debates na Inglaterra em “meado do século XIX acerca da legislação sobre a saúde pública” (FOUCAULT, 2008a, p.432). Pela busca histórica de Foucault, houve um conjunto de práticas direcionadas por metas e racionalidades que trouxeram contribuições em relação à problemática da população. O liberalismo foi uma dessas práticas, que permitiu reflexões significativas sobre o exercício do governo, o que passou a atuar como um esquema regulador da prática excessiva do governo, por meio da lei. O liberalismo partiu da ideia de sociedade e não do Estado. Por um lado, tanto o liberalismo alemão quanto o liberalismo norte-americano trouxeram suas contribuições contra os excessos do governo estatal, e, por outro, o surgimento da “sociedade civil” juntamente com o da

preocupação com o *homo oeconomicus* abriram margem de atuação do governo liberal para o fortalecimento do mercado.

Nessa lógica apresentada por Foucault (2008a), que desenvolve o surgimento da biopolítica – isto é, dos fenômenos que visam a governar a vida para fomentá-la em termos da população – é importante mencionar a situação dos usuários de drogas. Se na lógica neoliberal, a população é instância pertinente de receber investimentos para o fomento de sua vida com o objetivo de fortalecer o mercado, os usuários de drogas – ainda que mobilizem um mercado ilegal e que este indiretamente possa também dar lucro ao mercado legal – não são sujeitos produtivos como é o caso do *homo oeconomicus*, que vem a ser, grosso modo, o sujeito empreendedor, trabalhador e “cidadão de bem” da sociedade civil. Especialmente o usuário de *crack* que, por mais que a mídia afirme que o perfil desse usuário está mudando, pois está aumentando o consumo dessa droga na classe média e alta, a maioria desses usuários é proveniente de condições socioeconômicas miseráveis e pobres, como aponta o estudo da FIOCRUZ (2013b). Ou seja, o usuário de *crack* comum não é um sujeito produtivo à lógica de mercado neoliberal.

Por meio desses dados e das várias reportagens apresentadas até aqui, percebe-se que existe certa “padronização” na forma de ver e de tratar o dependente de *crack*. Essa padronização com relação ao dependente de *crack* pode ser percebida como uma única forma de governo (norma), de uma governamentalidade que visa à repressão, à interdição da circulação e à internação compulsória. Pode-se dizer que o lidar com o usuário de *crack* se dá pela via da produção do medo, o que não ocorre com as demais drogas. Esse discurso da mídia diz que todos devem agir por uma moral, que separa o bom do mal.

Fischer (1996) traz uma contribuição pela sua pesquisa com a categoria de adolescentes, que são percebidos pelo “amplo campo das relações sociais” como “sujeitos

políticos” e que o meio mediático acaba sendo um lugar de consciência, informações e de verdades. Porém, as informações separam “dois mundos sociais”: um de adolescentes privilegiados e outro, marginalizado, onde a sociedade e o poder público acabam reforçando “as injustiças sociais”, pelo tema da violência, injustiças sociais, entre outros (FISCHER, 1996, p.278-279).

4.2.2 Pensando a polícia repressiva

De forma geral na mídia, a polícia acaba sendo uma forma de medicalização da vida, articulando saúde e segurança. Ela se apresenta dentro de determinadas funções relacionadas ao enfrentamento ligado ao crime e apoiada pela legalidade e por ações pautadas especialmente na repressão. A seguir, são apresentados alguns trechos de reportagens que procuram articular o policiamento a diferentes setores, o que poderá ser percebido no decorrer desse campo discursivo.

Pela reportagem da Revista Veja, de 3 de fevereiro de 2010, em um dos trechos se referindo à batida de rotina da polícia na cracolândia, consta:

Se Operação de Risco traz a comprovação positiva de que a polícia vem cumprindo esse dever, por outro lado também atesta deficiências - como certo desleixo na preservação das cenas dos crimes. Há, para ser justo, episódios do *reality show* em que o trabalho de perícia é realizado de forma exemplar. (REVISTA VEJA, 2010c, p.103, grifo do autor).

Em outro trecho da mesma reportagem: “Ao condensar 2000 horas de gravação bruta em vinte episódios com pouco menos de meia hora, o roteirista Beto Ribeiro teve o mérito de definir bem os papéis: nessa guerra, os bandidos são os vilões e os policiais, definitivamente os heróis” (REVISTA VEJA, 2010c, p.103).

Por meio desses dados é possível verificar que a mídia traça um discurso geral a respeito do campo da segurança, especificamente em relação aos policiais. Passando inicialmente, por um lado, a ideia de que em determinados momentos a polícia alcança o alvo de cumprimento de seus deveres e é reconhecida, e, por outro, já não preenche os requisitos nem recebe esse reconhecimento. Assim, não ficam claras quais são as ações que a polícia deve fazer, mas aparece um desses deveres, que é o de enfrentar uma guerra perante os bandidos e, nesse requisito em especial, acaba virando herói.

Outro trecho de reportagem da Revista, referente a 8 de junho de 2011, apresenta o seguinte discurso: “Nas ruas, a distinção entre usuários e traficantes é feita pelos próprios policiais, de forma subjetiva” (REVISTA VEJA, 2011a, p.151).

Ao referir a essa reportagem, verifica-se, no trecho dela, que os policiais é que acabam por definir quem é o usuário ou quem é o traficante. De acordo com a reportagem, é colocado que essa “triagem” é feita de uma forma subjetiva. Isso remete apenas, então, a uma leitura de estereótipos: negros e pobres são aqui a grande clientela. Além disso, tem-se aqui uma possibilidade de decisão por parte da polícia.

Na reportagem do jornal de 5 de abril de 2010 (CORREIO DO ESTADO, 2010a, p. u.)¹, uma moradora diz o seguinte: “[...]. Todos os dias é assim. A gente fica com medo [...] não tem o que a gente fazer, só chamar a polícia”. Segue a reportagem: “[...] uma viatura da polícia passou [...] o movimento de pessoas na rua diminuía por poucos minutos, mas logo voltava [...]”. A reportagem continua, só que a mídia utiliza o discurso de um especialista do exército chamado Coronel David, que assim se expressa: “[...] o trabalho de repressão ao comércio de drogas tem sido feito [...] porém, os usuários são soltos e voltam a comparecer aos encontros do tráfico para alimentar o vício” (CORREIO DO ESTADO, 2010a, p. u.).

¹p.u.=página única.

A fala do coronel aqui aponta indiretamente para um aumento maior da repressão, pois, segundo ele, de acordo com o jornal, “a polícia prende e o Estado solta”. Nesse aspecto, a informação que a mídia produz apresenta à população uma maior necessidade de severidade na punição dessa população que é “triada” pela polícia a partir de critérios subjetivos.

No sentido de pensar a respeito da reportagem da mídia, percebe-se que ela traz a ideia do quanto a polícia acaba realmente sendo um meio estratégico do Estado, com relação às definições de quem é preso e quem é solto. Nessa reportagem, é possível verificar que se insiste no mesmo discurso maniqueísta entre o bom e o mau, coincidindo com o discurso da mídia, por meio da polícia, quando esta faz a distinção sobre quem é usuário e quem é traficante.

Dessa forma, percebe-se, no trecho da referida reportagem, que a mídia tenta mostrar uma sociedade insegura em relação aos fatos e à polícia, que ora observa de fora e ora sofre as consequências por meio dessa insegurança ligada às drogas. Apresenta também uma polícia que procura fazer o trabalho de repressão às drogas, mas que acaba tendo sua atuação desfeita pela própria lei. É como se a polícia e a lei atuassem perante a repressão de forma antagônica, em determinadas situações, como é o caso da prisão diante do comércio das drogas ilícitas: uma faz (polícia) e a outra desfaz (lei). Com isso, percebe-se que não está havendo uma coerência nas atitudes, e assim como uma falta de critérios no momento da prisão acaba sendo uma forma de governo de sociedade. No entanto, ao ler esse material, pode-se entender que a mídia faz apelos, ao trazer a fala do coronel, para que a repressão seja maior – ainda que os sujeitos presos por essa polícia possam não necessariamente ter uma vinculação com o tráfico, pois são presos a partir de critérios subjetivos, isto é, por estereótipos. E pela fala do coronel, trata-se, então, de uma impunidade, já que esses sujeitos serão soltos em breve.

No entanto, se esses sujeitos são presos baseados em critérios subjetivos, parece então que essa soltura é adequada! Contudo, o discurso da impunidade coloca como se não houvesse punição adequada no Brasil – mas se os presos aqui são “triados” a partir do que o policial decide, então não será justamente o contrário: não estaríamos “super” punindo uma população? Que pode inclusive ser presa sem qualquer vinculação ao tráfico, por exemplo? No entanto, não é assim que a mídia apresenta a questão, mas justamente por um discurso de que a repressão dada não é suficiente.

Esses trechos fazem pensar que a polícia utiliza várias maneiras ao acompanhar o usuário de *crack*, que será usado aqui como sinônimo de “cuidados”. Em determinado momento, ela protege a população dos bandidos, porém, será que o usuário de *crack* é um bandido? Ela “tenta limpar a cidade”, mas essa “limpeza” dura pouco, no caso da cracolândia, por exemplo, pois, em seguida, a rotina reaparece da mesma forma. Tem-se impressão de que nessas tentativas da polícia, diante de suas ações, ela acaba tendo certo controle da circulação dos usuários.

Retomando o pensamento foucaultiano, antes do surgimento da tecnologia da regulamentação da vida das populações – que é a biopolítica – outra técnica já existia. Forma esta desenvolvida pelo o que o autor chama de técnicas anatomopolíticas ou mecanismos disciplinares (FOUCAULT, 1999, 2000), as quais tomam o corpo do indivíduo como lócus do investimento sobre a vida, mas, simultaneamente, alcançavam também certo “corpo social” (como as crianças nas escolas, os homens nos exércitos, os trabalhadores nas fábricas), especialmente as instituições como escolas e “práticas políticas”, e também a administração de questões relacionadas à própria vida da população. Com isso, iniciou-se a nova era do biopoder, que pode ser entendida como a junção dessas duas tecnologias. Cabe dizer que aqui o advento da biopolítica complexificou as tecnologias disciplinares, pois ambas as tecnologias passam a orquestrar os processos de investimento sobre a vida, fundamentais ao

desenvolvimento dos Estados Modernos, e compõem-se como técnicas que visam ao fomento da vida que, em um primeiro momento, vão fortalecer o próprio Estado e, posteriormente, o próprio estabelecimento do capitalismo.

No que tange à mídia, Fischer (1996) desenvolve a ideia sobre a capacidade de que ela “constrói, reforça e multiplica os enunciados seus, em sintonia ou não com outras instâncias de poder”. No momento em que as pessoas enunciam algo como verdade, após entrarem em contato com a mídia, elas fortalecem a ideia de que existe um determinado poder nos “meios de comunicação”. As informações na mídia acabam tendo um local privilegiado e com isso uma “força de efeito ampliada” (FISCHER, 1996, p. 123).

Pelo discurso da mídia em relação ao *crack* e similares, a polícia, por meio de sua gestão urbana, tem sido divulgada pela mídia como um meio meramente repressor. Com isso, passa a desenvolver uma forma de governamentalidade perante a população que reforça a ideia de que a polícia eficaz é a que atua na lógica da repressão, não abordando outras possibilidades de ação da polícia para além dessa forma. Ou seja, o que torna a polícia um dos mecanismos de governamentalidade para o cerceamento da liberdade e, em certo sentido, é pela via de repressão que se encontraria uma via de “saúde”.

Além disso, as duas mídias aqui estudadas tiveram uma divulgação das questões referentes às funções das polícias, a partir de questões sobre seu papel e suas ações, como: apreensões; prisões; incineração de drogas; desativação de pontos de drogas; prisões; vitórias e necessidade de aumento do policiamento nas operações de combate, além de apreensão ao narcotráfico – situação esta que envolve segurança.

Levando em conta que, ao tentar associar os efeitos da mídia e suas informações a respeito das ações de segurança, as quais também incluem violência e criminalidade, Coimbra (2001) pode ser importante novamente. Ao tratar das questões referentes à violência e à

criminalidade, ela demonstra que estas necessitarão de segurança para serem controladas. Com isso, a autora acaba se referindo à mídia como um meio que desenvolve informações a respeito desses temas, e ao desenvolvê-los, podem levar a efeitos paranoicos na população, assim como sensação de angústia e percepção de ameaça. No entanto, para ela, a mídia não é a única a desenvolver essas questões e, portanto, não pode ser vista como um bode expiatório. Porém, há necessidade de tentar entendê-la, refletir e verificar seus efeitos. Com isso, não se deve ignorar o fato de que existe a presença de estratégias, bem como mecanismos que, por mais que não sejam visíveis, também produzem determinadas realidades, bem como verdades.

Continuando a reflexão a respeito da polícia, é possível pensá-la de duas formas: uma, sobre as questões anteriormente em relação ao discurso da mídia, perante a atuação policial, em que mostra que esta vem atuando ora com respaldo legal, porém, em outros momentos, não, o que não a impede de ter que agir mesmo assim, segundo o discurso da própria mídia. Assim como mostra que, em função disso, a outra forma são os efeitos da mídia, que podem trazer consequências, por exemplo, o “pânico”, por parte da população, por causa da forma como ela lida com assuntos de violência, criminalidade, bem como a maneira que a mídia expõe determinadas reportagens.

É importante lembrar que Foucault (2008a) desenvolveu reflexões voltadas para a arte de governar. Sob esse prisma, percebe-se, de uma forma específica, que na maneira de governar, segundo a Razão de Estado, a polícia entrou como um meio de desenvolver uma prática de gestão urbana, por meio da política do *crack* e do discurso da mídia. Essa forma de governar passou a favorecer os Estados em suas formas individualizadas, com o objetivo de proteger seus próprios interesses. Interesses esses capazes de garantir tanto a independência, quanto as suas forças com relação aos outros países, e, com isso, dentro dessa forma de governar, que ao longo dos séculos XVI e XVII foi se desenvolvendo de modo a culminar no surgimento de uma limitação que teve como base a questão jurídica. No caso da política do

crack e do discurso da mídia, estes acabam sendo estratégias de uma biopolítica, que faz essa governamentalidade funcionar.

Assim, percebe-se a importância que teve a questão da polícia associada à área jurídica, para o desenvolvimento de uma arte governamental mais efetiva, e acaba favorecendo o Estado em seu desenvolvimento e fortalecimento. A mídia, por meio dos dispositivos da polícia como estratégias de segurança, acaba fortalecendo o processo de vigilância e de controle. Ainda dentro do raciocínio de Foucault (2008a), o Estado que não respeitar essa limitação não estará sendo competente. A regulamentação interna limita o que fazer e o que não fazer, por meio de um princípio de direito. É por essa delimitação que se dimensiona a racionalidade dessa arte de governar. Assim como a polícia desenvolvia uma forma de elo com o Estado, visando ao favorecimento do Estado, por intermédio de Foucault (FOUCAULT, 2008a) percebe-se que a população sendo vista e controlada pela polícia, quem tem a ganhar com isso é o próprio Estado. Isso se deve ao fato de que o Estado apresentava uma limitação as suas ações diante da população. Nesse processo, a polícia acaba tendo um papel fundamental, que é o de “controle” interno ao Estado dessa população.

Conforme o pensamento de Foucault (2008a), o dispositivo relacionado à polícia contribuiu na manutenção de forças internas e na conservação do Estado, sendo denominado mais tarde como um de seus mecanismos de segurança. Um exemplo disso é o que se pode perceber em Cantarino (2012), em que ela pensa a mídia como uma produtora de notícias, que também discorre a respeito de assuntos referentes à polícia, presentes no dia a dia das pessoas. Esses assuntos, que ela especifica, e que são aproveitados para usar como um exemplo nesta dissertação, são o que acontece na *cracolândia* na cidade de São Paulo. Em relação a esse assunto, as mídias tratam a respeito da operação que a polícia desenvolve na repressão contra o tráfico e as drogas. Seguem falando que, nesse cenário, é que se desenrolam as violações associadas a abusos, que interferem nos direitos humanos. Para a autora, a repressão estaria

sendo intensificada, tanto pelos estereótipos, quanto pelos estigmas, envoltos na pobreza e exclusão, que acabam favorecendo a intervenção do Estado por intermédio da polícia (CANTARINO, 2012).

Referente ao *crack* ocorre uma forma de atuação repressiva em relação à legislação. As reflexões de Scisleski et al. (2013) ressaltam que o usuário que trafica para sustentar seu vício, por exemplo, trilha seus caminhos no “sistema penal”, que acaba sendo enquadrado como traficante, ou seja, fica envolto a uma prática repressiva de segregação e repressão e não é tomado como alguém que precisa dos serviços de saúde, a partir da própria cisão colocada na Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006 (BRASIL, 2006c). Essa lei existe para que seja feita uma demarcação entre aqueles que são traficantes e aqueles que são dependentes químicos. No primeiro caso, a intervenção deve ser policial e no segundo, deve ser pelos serviços de saúde, que devem tratar o dependente químico. A questão, contudo, se embarça quando o usuário é pobre e pratica delitos para sustentar o vício. Isso é bastante complicado, pois a própria lei não refere à quantidade de droga, por exemplo, que poderia demarcar aquilo que vem a ser tomado como para tráfico ou para consumo, cabendo somente à arbitrariedade do juiz, e mesmo policial, a essa definição (SCISLESKI et al., 2013). Nesse caso, em termos da ideia de governamentalidade, observa-se que o próprio dispositivo legal promove uma margem de seleção para o ingresso no sistema penal, a partir de critérios sociais que devem ser interpretados por aqueles que exercem funções policiais e jurídicas.

Ainda no sentido da governamentalidade de Foucault (2008a), é possível também perceber a mídia como um meio de produção de modos de governo e modos de pensar. Pensar a forma de governo a partir de formas de pensar que levem a ações passa-se a ter uma conduta de acordo com essa lógica de governo e toda a consequência que vem dela. Ou seja, é como se a mídia também desempenhasse uma função que disponibiliza certo repertório de

pensamentos e ações que se dirigem e que, direta ou indiretamente, também governam a população.

Portanto, pensar a lei, assim como pensar a mídia na questão relacionada ao *crack*, é direcionar meios à população, que, por um lado, apresentam discursos como verdades, com diferentes formas de lidar com determinadas questões, como é o caso do usuário de *crack*, e, por outro lado, oferecem um discurso produtor de medo que, de certa forma, coloca o *crack* como a pior entre as demais drogas ilícitas e o seu usuário como o mais perigoso. E pensar em relação à polícia e à segurança é perceber estas como estratégias fundamentais de uma “polícia de saúde”, que se constitui e se legitima pelo discurso da mídia.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retomando o problema de pesquisa nesta dissertação, que envolve o discurso da mídia a respeito do *crack*, inspirado na governamentalidade de Foucault, não é apresentada uma proposta ou uma resposta, mas são oferecidas algumas reflexões, inquietações, que levaram e ainda levam esta pesquisadora a seguir pensando sobre esse tema.

A partir do conceito operador da análise, que envolveu a governamentalidade de Foucault, associada ao discurso da mídia produzido pelas reportagens estudadas, entende-se que a produção de formas de governar não se restringe ao Estado, mas também a uma rede larga e não determinada e que, apesar de diversa, prescreve condutas de como tratar/lidar/entender/ver com o usuário de *crack*. Tais prescrições produzem não apenas certas normativas de condutas, mas têm, como efeito, a produção de formas de seres sujeitos.

Como o discurso sobre o *crack* se desenrola voltado para as mais diferentes relações com as drogas, a família, o tratamento, o tráfico, a polícia, entre outros, entende-se que a análise pode ser sob duas perspectivas que se relacionam e se inter cruzam: segurança e saúde. Nessas perspectivas, o *crack* acaba sendo o grande articulador por meio do discurso da mídia, produzindo formas de atendimento que operam na saúde e na segurança.

Percebe-se que a mídia procura impactar a população com “notícias da hora”, porém nem sempre elas contêm toda a realidade, como é o caso das reportagens a respeito do óxi encontradas no Jornal Correio do Estado de 2011. Dessa maneira, produzem fidedignidade pelo próprio discurso. Isso não parece ser a questão mais importante, apesar de se ver no cotidiano uma mídia que se diz preocupada com a verdade, de fato, não é disso que se trata.

Foucault (2008a, 2008b) acrescenta que os saberes exercem um conjunto de “certos domínios” sobre a população em geral. Dessa forma é que se percebe um saber postulado por meio da mídia, interessada em desenvolver discursos dentro de uma racionalidade de governo “da população” (ou seja, daquilo que muitas vezes a própria mídia põe em pauta e apresenta

como vindo em interesse da sociedade), ou da curiosidade, ou para despertar o debate da população sobre um tema. Nesse caso foi o óxi, isto é, uma substância também derivada da cocaína e semelhante ao *crack*, porém de menor custo, de acordo com a mídia do Jornal. Enfim, cria uma série de consequências por vezes desastrosas, agindo como produtora, reificando a cisão dentro dessa própria sociedade, dividindo-se entre aqueles que podem ser tomados como perigosos ou como aqueles que devem ser protegidos desses seres perigosos – que é o caso do usuário de *crack*. Reflexão esta percebida na reportagem com o Ministro da Saúde ao se referir sobre “famílias desestruturadas” (PADILHA, 2011).

Nesse sentido, permito-me posicionar com relação à droga sendo tomada como uma “entidade autônoma” e dotada de “poderes especiais”, capazes de tornar qualquer um irresponsável por suas ações por entrar em contato com essa substância. Isso tudo pode estar associado a essa maneira de apresentar seu discurso. A mídia com as reportagens a respeito do óxi permite que se perceba um discurso voltado para a ideia de epidemia relacionada ao mal do *crack*, despertando na população certo pavor e medo. Os usuários de *crack* acabam sendo taxados como doentes e perigosos e conseqüentemente sendo excluídos da possibilidade de convivência com os “cidadãos de bem”. Além disso, a maneira como as palavras são administradas na mídia acaba funcionando como uma estratégia de gestão, que traz efeitos que incidem sobre a população, que envolvem desde uma sensação de tranquilidade (como é o caso de ver um policial na rua, que dá a sensação de segurança às pessoas) até o desespero, como acontece com o discurso de epidemia do *crack*.

A pesquisa realizada pela FIOCRUZ (BRASIL, 2013a, 2013b) contradiz a situação de epidemia despertada pela mídia, quando demonstra que 0,8% da população já fez ou faz uso de *crack*. Isso é interessante para pensar sobre a força do impacto que a mídia produz, já que as pessoas seguem assistindo a notícias sobre as mazelas da vida dos usuários de *crack* sem qualquer menção a esse dado da pesquisa em questão. O que dá para se perceber nisso é que

em meio ao discurso de epidemia se irá agir sobre a população – pois, como já referido, é quando o uso de *crack* parece espalhar-se a camadas da população mais abastadas é que ele se torna alvo de preocupação e de combate.

A partir da ideia de governamentalidade, por intermédio de Foucault, a mídia, em seu discurso a respeito do *crack*, a utiliza como um meio de produção de modos de governo, a partir de seus modos de pensar. Pelo discurso, a mídia pode ser percebida como uma instituição que produz uma racionalidade, oferecendo uma “grade de leitura” ao sujeito de maneira pronta, sem que seja necessário pensar a respeito e que, no entanto, governa e fabrica modos de serem padronizados/normalizados. Instituição esta que investe na vida dos sujeitos, levando a um processo de sujeição, que leva em conta um campo favorecido de poder e saber. Na trajetória desta pesquisa, foi possível perceber a mídia utilizando as estatísticas, os especialistas, as políticas de saúde e a polícia. Essa maneira de lidar com o discurso facilita ao Estado a apropriação de uma “realidade” sobre a população. Ela pode também reafirmar os valores da sociedade, assim como costuma dar os seus “recados” ao Estado, ora criticando-o, ora fortalecendo-o. Ela também não é neutra, pois costuma defender determinadas posturas.

Também é possível perceber no discurso da mídia, o fato de ela direcionar-se a uma droga específica, no caso o *crack*, o que favorece a ideia de que há necessidade de unir saúde e segurança em todos os casos que se tratem desse tipo de dependência. Dessa forma, são utilizadas padronizações com relação sobre o que fazer com o usuário de *crack*. Com isso, não se pretende dizer que é certo ou errado, porque essa não é a função desta dissertação, mas sim questionar a política que envolve as palavras “soltas”, pois lança as ideias, mas, em certos momentos, não as esclarece ao leitor, como foi o caso da entrevista da Revista Veja realizada com o Ministro da Saúde (PADILHA, 2011).

Além disso, uma das conclusões que podem ser compartilhadas aqui, sobre a mídia, é o interesse em promoções de discursos que resultem no fortalecimento da própria economia, da lógica do mercado, da produtividade e do merecimento individual de cada um. Afinal, “se o sujeito não consegue abandonar o *crack* é porque a ele faltam coragem e vontade de vencer”, enfatizando, desse jeito, os valores da sociedade produtiva capitalista e individualista. Pelo discurso da mídia, se fortalece a articulação entre saúde e segurança por uma “policia de e em saúde”.

Sabe-se, no entanto, que muito mais se tem a abordar a respeito do discurso da mídia a respeito do *crack*, por meio do conceito de governamentalidade, porém, fica essa proposta em “aberto” para ideias, sugestões e mesmo críticas.

REFERÊNCIAS

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Crack é possível vencer**: a droga: como surgiu. 2006a. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/crackepossivelvencer/a-droga/como-surgiu>>. Acesso em: 22 set. 2013.
- _____. **Crack é possível vencer**: a droga: fatores de risco. 2006b. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/crackepossivelvencer/a-droga/fatores-de-risco>>. Acesso em: 22 set. 2013.
- _____. Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 9 abr. 2001. p. 2. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110216.htm>. Acesso em: 5 mar. 2014.
- _____. **Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006**. Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 24 ago. 2006c. p. 2. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111343.htm>. Acesso em: 15 dez 2013.
- _____. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 20 set. 1990. p 18055. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm>. Acesso em: 27 ago. 2014.
- _____. Ministério da Justiça. Ministério da Saúde. Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas. **Estimativa do número de usuários de crack e/ou similares nas capitais do País**. Brasília: SENAD/FIOCRUZ, 19 set. 2013a. (Livreto domiciliar). Disponível em: <<http://portal.fiocruz.br/pt-br/content/maior-pesquisa-sobre-crack-j%C3%A1-feita-no-mundo-mostra-o-perfil-do-consumo-no-brasil>>. Acesso em: 5 mar. 2014.
- _____. _____. _____. _____. **Perfil dos usuários de crack e/ou similares no Brasil**: inquérito epidemiológico. Pesquisa coordenada pelos pesquisadores Francisco Inácio Bastos e Neilane Bertoni da FIOCRUZ. Amostristas Maurício Vasconcelos e Pedro Nascimento e Silva do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Brasília: SENAD/FIOCRUZ, 19 set. 2013b. (Livreto epidemiológico). Disponível em: <<http://portal.fiocruz.br/pt-br/content/maior-pesquisa-sobre-crack-j%C3%A1-feita-no-mundo-mostra-o-perfil-do-consumo-no-brasil>>. Acesso em: 5 mar. 2014.
- _____. Ministério da Saúde. **Portaria nº 130, de 26 de janeiro de 2012**. Redefine o Centro de Atenção Psicossocial de Álcool e outras Drogas 24 h (CAPS AD III) e os respectivos incentivos financeiros. Brasília, 2012. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2012/prt0130_26_01_2012.html>. Acesso em: 28 maio 2014.

_____. _____. Portaria nº 615, de 15 de abril de 2013. Dispõe sobre o incentivo financeiro de investimento para construção de Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) e Unidades de Acolhimento, em conformidade com a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental incluindo aquelas com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Brasília, DF, 2013c. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt0615_15_04_2013.html>. Acesso em: 5 mar. 2014.

_____. _____. **Programa federal: crack é possível vencer: enfrentar o crack: compromisso de todos.** Brasília, 2006d. Disponível em: <<http://www.obid.senad.gov.br/portais/OBID/biblioteca/documentos/Publicacoes/cartilhas/329302.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2014.

_____. _____. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Coordenação Geral de Saúde Mental. Reforma psiquiátrica e política de saúde mental no Brasil. In: CONFERÊNCIA REGIONAL DE REFORMA DOS SERVIÇOS DE SAÚDE MENTAL: **15 anos depois de Caracas.** Brasília: OPAS, nov. 2005. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/Relatorio15_anos_Caracas.pdf>. Acesso em: 28 maio 2014.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto nº 7.179, de 20 de maio de 2010. Institui o Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas, cria o seu Comitê Gestor, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 21 maio 2010, p. 43. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7179.htm>. Acesso em: 23 fev. 2014.

BRASILSUS. **Portaria nº 3.088, de 23 de dezembro de 2011.** Brasília, 2011. Disponível em: <<http://www.brasilsus.com.br/legislcoes/gm/111276-3088.html>>. Acesso em: abr. 2014.

CANTARINO, Carolina. Mídia ajuda a legitimar a repressão ao criminalizar periferias e favelas. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 64, n. 2, Apr./Jun. 2012. ISSN: 0009-6725. Disponível em: <<http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S0009-6725>>. Acesso em: 7 ago. 2013.

CFP-Conselho Federal de Psicologia. Comissão Nacional de Direitos Humanos. **Locais de internação para usuários de drogas.** 2011. Disponível em: <http://www.pol.org.br/pol/cms/pol/noticias/noticia_111128002.html>. Acesso em: 31 ago. 2013. Acesso novamente em: 2 jul. 2014, porém em atualização.

COIMBRA, Cecília. **Operação Rio: o mito das classes perigosas: um estudo sobre a violência urbana, a mídia impressa e os discursos de segurança pública.** Niterói, RJ: Intertexto, 2001.

CORREIO DO ESTADO. **Adolescente que chefiava 'boca de fumo' é apreendido com pasta base.** Texto de Gabriel Maymone. Campo Grande, MS, 19 dez. 2011a. 17h30. Disponível em: <http://www.correiodoestado.com.br/noticias/adolescente-que-chefiava-boca-de-fumo-e-apreendido-com-past_135920/>. Acesso em: 15 nov. 2012.

_____. Agência Brasil. **Brasil faz 1º grande levantamento do consumo de crack.** Campo Grande, MS, 2 mar. 2011b. 21h05. Disponível em: <http://www.correiodoestado.com.br/noticias/brasil-faz-1-grande-levantamento-do-consumo-de-crack_101629/>. Acesso em: 15 nov. 2012.

_____. **Apreensão de maconha cresceu 129% no primeiro semestre.** Texto de Cicero Faria. Campo Grande, MS, 16 jul. 2011c. 13h30. Disponível em: <http://www.correiodoestado.com.br/noticias/apreensao-de-maconha-cresceu-129-no-primeiro-semester_117916/>. Acesso em: 15 nov. 2012.

_____. **Apreensão em julho é 18 vezes mais que 6 meses de 2010.** Texto de Laís Camargo. Campo Grande, MS, 5 ago. 2011d. 18 h. Disponível em: <http://www.correiodoestado.com.br/noticias/apreensao-em-julho-e-18-vezes-mais-que-6-meses-de-2010_120219/>. Acesso em: 15 nov. 2012.

_____. **Área central é “feira-livre” de tráfico e consumo de drogas.** Texto de Bruno Grubertt. Campo Grande, MS, 5 abr. 2010a. 21h41. Disponível em: <http://www.correiodoestado.com.br/noticias/area-central-e-feira-livre-de-trafico-e-consumo-de-drogas_3255/>. Acesso em: 15 nov. 2012.

_____. **Casal é preso com 62 cápsulas de cocaína em Corumbá:** os dois estavam em um ônibus quando foram abordados pelo DOF. Texto de Taryne Zottino. Campo Grande, MS, 2 jan. 2012a. 18h10. Disponível em: <http://www.correiodoestado.com.br/noticias/casal-e-preso-com-62-capsulas-de-cocaina-em-corumba_137255/>. Acesso em: 12 dez. 2012.

_____. **Dados sobre apreensões devem ser unificados.** Texto de Daniella Arruda. Campo Grande, MS, 5 nov. 2010b. 3h30. Disponível em: <http://www.correiodoestado.com.br/noticias/dados-sobre-apreensoes-devem-ser-unificados_83511/>. Acesso em: 15 nov. 2012.

_____. **DENAR incinera 10 toneladas de drogas apreendidas no Estado.** Texto de Roberta Cáceres. Campo Grande, MS, 10 nov. 2011e. 12 h. Disponível em: <http://www.correiodoestado.com.br/noticias/denar-incinera-10-toneladas-de-drogas-apreendidas-no-estado_131524/>. Acesso em: 15 nov. 2012.

_____. **DOF apreendeu cerca de 12 toneladas de maconha em 2010.** Texto de Vivianne Nunes e Evelin Araujo. Campo Grande, MS, 25 jan. 2011f. 8h45. Disponível em: <http://www.correiodoestado.com.br/noticias/dof-apreendeu-cerca-de-12-toneladas-de-maconha-em-2010_96820/>. Acesso em: 15 nov. 2012.

_____. **Jovem se liberta do vício e fala sobre o drama das drogas.** Texto de Karine Cortez. Campo Grande, MS, 31 jan. 2011g. 00h02. Disponível em: <http://www.correiodoestado.com.br/noticias/jovem-se-liberta-do-vicio-e-fala-sobre-o-drama-das-drogas_97546/>. Acesso em: 12 dez. 2012.

_____. **Nova droga óxi é apreendida pela primeira vez em Mato Grosso do Sul.** Texto de Rosana Siqueira. Campo Grande, MS, 3 maio 2011h. 13h35. Disponível em: <http://www.correiodoestado.com.br/noticias/nova-droga-oxi-e-apreendida-pela-primeira-vez-em-mato-grosso_109361/>. Acesso em: 12 dez. 2012.

_____. **PM barra mais de seis toneladas de drogas em apenas dois meses.** Texto de Bruno Grubertt. Campo Grande, MS, 13 nov. 2010c. 00h00. Disponível em:

<http://www.correiodoestado.com.br/noticias/pm-barra-mais-de-seis-toneladas-de-drogas-em- apenas-dois-mes_85040/>. Acesso em: 15 nov. 2012.

_____. **Polícia desativa ponto de distribuição de drogas e prende casal.** Texto de Fábio Dorta. Campo Grande, MS, 3 jul. 2010d. 00h16. Disponível em: <http://www.correiodoestado.com.br/noticias/policia-desativa-ponto-de-distribuicao-de-drogas-e-prende-ca_5113/>. Acesso em: 15 nov. 2012.

_____. **Polícia registra aumento de 29% nas apreensões de droga, somando mais de 42 toneladas.** Texto de Gabriel Maymone. Campo Grande, MS, 30 jan. 2012b. 19 h. Disponível em: <http://www.correiodoestado.com.br/noticias/policia-registra-aumento-de-29-nas-apreensoes-de-droga-soman_140056/>. Acesso em: 15 nov. 2012.

_____. **Presídios do Estado passam por vistoria.** Texto de Vânia Santos, Edilson José Alves e Rose Rodrigues. Campo Grande, MS, 10 nov. 2010e. 3h40. <http://www.correiodoestado.com.br/noticias/presidios-do-estado-passam-por-vistoria_84470/>. Acesso em: 12 dez. 2012.

_____. **Produto hidropônico exige o emprego de técnicas especiais de plantio.** Texto de Vânia Santos. Campo Grande, MS, 25 out. 2010f. 00h15. Disponível em: <http://www.correiodoestado.com.br/noticias/produto-hidroponico-exige-o-emprego-de-tecnicas-especiais-de_81302/>. Acesso em: 23 fev. 2013.

_____. Redação. **Ação conjunta da polícia prende 15 e fecha pontos de venda de drogas.** Campo Grande, MS, 16 set. 2011i. 19 h. Disponível em: <http://www.correiodoestado.com.br/noticias/acao-conjunta-da-policia-prende-15-e-fecha-pontos-de-venda-d_125075/>. Acesso em: 15 nov. 2012.

_____. _____. **Apreensão de cocaína cresce 1.644%: balanço do Departamento de Operações de Fronteira (DOF) mostra que neste ano houve aumento expressivo nas apreensões de cocaína.** Campo Grande, MS, 14 jul. 2011j. 9h4. Disponível em: <http://www.correiodoestado.com.br/noticias/apreensao-de-cocaina-cresce-1-644_117682/>. Acesso em: 15 nov. 2012.

_____. _____. **Apreensão de crack e cocaína sextuplica na tríplice fronteira.** Campo Grande, MS, 22 out. 2010g. 17h34. Disponível em: <http://www.correiodoestado.com.br/noticias/apreensao-de-crack-e-cocaina-sextuplica-na-triplice-fronteir_80965/>. Acesso em: 15 nov. 2012.

_____. _____. **Apreensão de crack triplica no PR em relação ao início de 2010, diz PRF.** Campo Grande, MS, 19 fev. 2011k. 11h11. Disponível em: <http://www.correiodoestado.com.br/noticias/apreensao-de-crack-triplica-no-pr-em-relacao-ao-inicio-de-20_100140/>. Acesso em: 15 nov. 2012.

_____. _____. **Apreensão de pasta base de cocaína aumentou 3.301% no Estado.** Campo Grande, MS, 24 fev. 2012c. 11h45. Disponível em: <http://www.correiodoestado.com.br/noticias/apreensao-de-pasta-base-de-cocaina-aumentou-3-301-no-estado_142172/>. Acesso em: 15 nov. 2012.

_____. _____. **Aumenta o número de apreensões de maconha e de cocaína no estado.** Campo Grande, MS, 18 fev. 2011L. 00h00. Disponível em:

<http://www.correiodoestado.com.br/noticias/aumenta-o-numero-de-apreensoes-de-maconha-e-de-cocaina-no-es_99945/>. Acesso em: 12 dez. 2012.

_____. _____. **Corumbá é uma das cidades brasileiras na luta contra o crack, diz pesquisa.** Campo Grande, MS, 17 dez. 2010h. 10h01. Disponível em: <http://www.correiodoestado.com.br/noticias/corumba-e-uma-das-cidades-brasileiras-na-luta-contra-o-crack_91005/>. Acesso em: 12 dez. 2012.

_____. _____. **Corumbá sedia seminário da luta contra drogas.** Campo Grande, MS, 28 maio 2011m. 9 h. Disponível em: <http://www.correiodoestado.com.br/noticias/corumba-sedia-seminario-da-luta-contra-drogas_112453/>. Acesso em: 12 dez. 2012.

_____. _____. **DOF aponta crescimento de 1.623% em apreensão de cocaína este ano.** Campo Grande, MS, 9 set. 2011n. 16h14. Disponível em: <http://www.correiodoestado.com.br/noticias/dof-aponta-crescimento-de-1-623-em-apreensao-de-cocaina-este_124225/>. Acesso em: 12 dez. 2012.

_____. _____. **DOF apreende 2,5 t de maconha e 45,6 quilos de cocaína no 1º quadrimestre.** Campo Grande, MS, 18 maio 2010i. 21h30. Disponível em: <http://www.correiodoestado.com.br/noticias/dof-apreende-2-5-t-de-maconha-e-45-6-quilos-de-cocaina-no-1_27505/>. Acesso em: 12 dez. 2012.

_____. _____. **DOF apreendeu quase 1 tonelada de cocaína este ano em operações.** Campo Grande, MS, 19 maio 2011o. 13h05. Disponível em: <http://www.correiodoestado.com.br/noticias/dof-apreendeu-quase-1-tonelada-de-cocaina-este-ano-em-operac_111294/>. Acesso em: 12 dez. 2012.

_____. _____. **DOF divulga balanço de apreensões.** Campo Grande, MS, 17 jan. 2011p. 00h00. Disponível em: <http://www.correiodoestado.com.br/noticias/dof-divulga-balanco-de-apreensoes_95862/>. Acesso em: 12 dez. 2012.

_____. _____. **Dupla vai parar no hospital depois de engolir papalotes de cocaína.** Campo Grande, MS, 15 set. 2010j. 14h00. Disponível em: <http://www.correiodoestado.com.br/noticias/dupla-vai-parar-no-hospital-depois-de-engolir-papalotes-de-c_7329/>. Acesso em: 12 dez. 2012.

_____. _____. **Ex-PM fabricava óxi em laboratório caseiro.** Campo Grande, MS, 11 maio 2011q. 11h21. Disponível em: <http://www.correiodoestado.com.br/noticias/ex-pm-fabricava-oxi-em-laboratorio-caseiro_110331/l>. Acesso em: 12 dez. 2012.

_____. _____. **Família mantinha laboratório de crack em quintal de casa.** Campo Grande, MS, 2 jun. 2010k. 11h31. Disponível em: <http://www.correiodoestado.com.br/noticias/familia-mantinha-laboratorio-de-crack-em-quintal-de-casa_33125/>. Acesso em: 12 dez. 2012.

_____. _____. **Mais devastador e barato que crack, óxi chega a SP.** Campo Grande, MS, 1. maio 2011r. 09h35. Disponível em: <http://www.correiodoestado.com.br/noticias/mais-devastador-e-barato-que-crack-oxi-chega-a-sp_109063/>. Acesso em: 12 dez. 2012.

_____. _____. **Operação sentinela já prendeu quase 3 mil pessoas em todo o país: vigilância nas fronteiras com Paraguai e Bolívia foram intensificadas em apoio às ações no Rio.** Campo Grande, MS, 3 dez. 2010L. 19h30. Disponível em:

<http://www.correiodoestado.com.br/noticias/operacao-sentinela-ja-prendeu-quase-3-mil- pessoas-em-todo-o_88631/>. Acesso em: 12 dez. 2012.

_____. _____. **OXI pode matar 30% dos usuários em apenas um ano.** Campo Grande, MS, 25 maio 2011s. 12h40. Disponível em: http://www.correiodoestado.com.br/noticias/oxi-pode-matar-30-dos-usuarios-em- apenas-um-ano_112060/>. Acesso em: 12 dez. 2012.

_____. _____. **Polícia civil incinera mais de 800 kg de drogas.** Campo Grande, Campo Grande, MS, 21 jan. 2011t. 15h47. Disponível em: <http://www.correiodoestado.com.br/noticias/policia-civil-incinera-mais-de-800-kg-de-drogas_96325/>. Acesso em: 12 dez. 2012.

_____. _____. **Preso acusado de ser distribuidor de drogas.** Campo Grande, MS, 13 out. 2011u. 00h03. Disponível em: <http://www.correiodoestado.com.br/noticias/preso-acusado-de-ser-distribuidor-de-drogas_128136/>. Acesso em: 12 dez. 2012.

_____. _____. **Preso autor de 12 furtos em casas comerciais:** acusado e mais um adolescente foram autuados também por tráfico de drogas. Campo Grande, MS, 23 dez. 2011v. 00h00. Disponível em: <http://www.correiodoestado.com.br/noticias/preso-autor-de-12-furtos-em-casas-comerciais_136258/>. Acesso em: 12 dez. 2012.

_____. _____. **Relatório da polícia federal diz que a droga óxi não existe.** Campo Grande, MS, 8 ago. 2011w. 7h00. Disponível em: <http://www.correiodoestado.com.br/noticias/relatorio-da-policia-federal-diz-que-a-droga-oxi-nao-existe_120472/>. Acesso em: 12 dez. 2012.

_____. _____. **Secretaria da Saúde faz alerta contra óxi em São Paulo.** Campo Grande, MS, [s.d.]. 21h00. Disponível em: http://www.correiodoestado.com.br/noticias/secretaria-da-saude-faz-alerta- contra-oxi-em-sao-paulo_112277/>. Acesso em: 12 dez. 2012.

_____. _____. **Seminário de enfrentamento às drogas em Corumbá.** Campo Grande, MS, 28 jun. 2011x. 8h21. Disponível em: <http://www.correiodoestado.com.br/noticias/seminario-de-enfrentamento-as-drogas-em-corumba_115835/>. Acesso em: 12 dez. 2012.

_____. _____. **Três anos após ataques, calmaria indicaria domínio do PCC.** Campo Grande, MS, 9 maio 2009. 21h03. Disponível em: <http://www.correiodoestado.com.br/noticias/tres-anos-apos-ataques-calmaria-indicaria-dominimo-do-pcc_74013/>. Acesso em: 12 dez. 2012.

_____. _____. **UPP da Rocinha terá cerca de 900 policiais, diz Beltrame.** Campo Grande, MS, 14 nov. 2011y. 12h45. Disponível em: <http://www.correiodoestado.com.br/noticias/upp-da-rocinha-tera-cerca-de-900-policiais-diz-beltrame_131983/>. Acesso em: 12 dez. 2012.

_____. _____. **Volume apreendido de drogas dobra no primeiro semestre.** Campo Grande, MS, 30 ago. 2010m. 8h15. Disponível em: <http://www.correiodoestado.com.br/noticias/volume-apreendido-de-drogas-dobra-no-primeiro- semestre_6871/>. Acesso em: 12 dez. 2012.

_____. **Traficante tenta se livrar de drogas, mas acaba preso:** o acusado levava drogas para vender no município de Selvíria (MS). Texto de Gabriel Maymone. Campo Grande, MS,

21 dez. 2011z. 7h22. Disponível em: <http://www.correiodoestado.com.br/noticias/traficante-tenta-se-livrar-de-drogas-mas-acaba-presos_136077/>. Acesso em: 15 nov. 2012.

DIAS, Andréa Costa. **Crack**: reflexões para abordar e enfrentar o problema. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

FANTAUZZI, Gustavo dos Santos; AARÃO, Bruna de Fátima Chaves. O advento do crack no contexto político brasileiro. In: SAPORI, Luiz Flavio; MEDEIROS, Regina. Crack um desafio social. Belo Horizonte: PUCMINAS, 2010.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. Adolescência em discurso: mídia e produção de subjetividade. Porto Alegre: UFRGS/FACED, 1996.

FOUCAULT, Michel. **Governo de si e dos outros**. São Paulo: Martins Fontes, 2010a. (Coleção obras de Michel Foucault).

_____. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. Tradução: Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guillon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

_____. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1992.

_____. **Nascimento da biopolítica**: curso dado no Collège de France (1978-1979). Edição estabelecida por Michel Senellart, sob a direção de François Ewald e Alessandro Fontana. Tradução Eduardo Brandão. Revisão da tradução Claudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2008a. (Coleção Tópicos).

_____. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H.; RABINOW, P. **Michel Foucault**: uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010b.

_____. **Segurança, território, população**: curso dado no Collège de France (1977-1978). Michel Foucault, educação estabelecida por Michel Senellart sob a direção de François Ewald e Alessandro Fontana. Tradução Eduardo Brandão. Revisão da tradução Claudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2008b. (Coleção Tópicos).

_____. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Tradução: Raquel Ramallete. 23. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

GABATZ, Ruth Irmgard Bärtschi; SCHMIDT, Airton Luís; TERRA, Marlene Gomes; PADOIN, Stela Maris de Mello; SILVA, Adão Ademir da; LACCHINI, Annie Jeanninne Bisso. Percepção dos usuários de crack em relação ao uso e tratamento. **Rev. Gaúcha Enferm.**, Porto Alegre, v. 34, n. 1, mar. 2013. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1983-14472013000100018>>. Acesso em: 20 abr. 2013.

JORGE, Jorgina Sales; CORRADI-WEBSTER, Clarissa Mendonça. Consultório de rua: contribuições e desafios de uma prática em construção. **Saúde Transform. Soc.**, Florianópolis, v. 3 n.1, p. 39-48, jan. 2012. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2178-70852012000100007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 7 maio 2014.

JUSBRASIL. **Governo federal amplia o programa crack: é possível vencer.** 30 jan. 2013. Disponível em: <<http://mj.jusbrasil.com.br/noticias/100342481/governo-federal-amplia-o-programa-crack-e-possivel-vencer>>. Acesso em: 30 jun. 2013.

KASTRUP, Virgínia. A rede: uma figura empírica da ontologia. In: PARENTE, André. **Tramas de rede: novas dimensões filosóficas, estéticas e políticas da comunicação.** Porto Alegre: Sulina, 2010.

KESSLER, Felix; PECHANESKY, Flávio. Uma visão psiquiátrica sobre o fenômeno do *crack* na atualidade. **Revista Psiquiátrica**, v. 30, n. 2, p. 96-98, 2008.

MACHADO, Gustavo Silveira. **Crack: consultoria legislativa preparada para a Câmara de Deputados.** Praça Três Poderes. Anexo III. Térreo. Brasília, DF, 2011. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/documentos-e-pesquisa/publicacoes/estnottec/tema19/20112019.pdf>>. Acesso em: 23 fev. 2014.

NERY FILHO, Antonio; VALÉRIO, Andréa Leite Ribeiro; MONTEIRO, Luiz Felipe (Orgs.). **Guia do projeto consultório de rua.** Brasília: SENAD; Salvador: CETAD, 2011. 160 p. Disponível em: <<http://www.obid.senad.gov.br/portais/OBID/biblioteca/documentos/Publicacoes/cartilhas/329225.pdf>>. Acesso em: 7 maio 2014.

PADILHA, Alex. Alex Padilha: entrevista [16 nov. 2011]. Entrevistador: Otavio Cabral. **Revista Veja**, O crack virou epidemia. São Paulo, n. 2243, p. 17-21, 16 nov. 2011. Disponível em: <<http://acervoveja.digitalpages.com.br/home.aspx>>. Acesso em: 23 nov. 2013.

PORTAL BRASIL. Cidadania e Justiça. **Secretário fala sobre política nacional sobre drogas.** Brasília, DF, 5 mar. 2014. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2014/03/secretario-fala-sobre-politica-nacional-sobre-drogas>>. Acesso em: 28 maio 2014.

PRADO FILHO, Kleber; MARTINS, Simone. A subjetividade como objeto(s) psicologia(s). **Revista Psicologia & Sociedade**, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v19n3/a03v19n3>>. Acesso em: 10 nov. 2013.

REVEL, Judith. **Dicionário Foucault.** Tradução de Anderson Alexandre da Silva. Revisão técnica Michel Jean Maurice Vincent. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

REVISTA VEJA. **A outra margem do tráfico.** São Paulo, n. 2195, p. 172–180, 15 dez. 2010a. Disponível em: <<http://acervoveja.digitalpages.com.br/home.aspx>>. Acesso em: 23 fev. 2013.

_____. **Atenção! Dados sobre drogas da Fundação Oswald Cruz afrontam a aritmética elementar:** ou para a Fiocruz, maconha não é mais droga? 2013. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/geral/atencao-dados-sobre-drogas-da-fundacao-oswald-cruz-afrontam-a-aritimetica-elementar-ou-para-a-fiocruz-maconha-nao-e-mais-droga/>>. Acesso em: 4 jun. 2014.

_____. **A utopia de desfazer o nó.** Texto de Otávio Cabral e Kalleo Coura. São Paulo, n. 2220, p. 148-156, 8 jun. 2011a. Disponível em: <<http://acervoveja.digitalpages.com.br/home.aspx>>. Acesso em: 23 fev. 2013.

_____. **Agora só falta falar.** Texto de Leslie Leitão. São Paulo, n. 2243, p.84-87, 16 nov. 2011b. Disponível em: <<http://acerveveja.digitalpages.com.br/home.aspx>>. Acesso em: 7 mar. 2013.

_____. **As mães reféns do crack.** Texto de Ricardo Westin. São Paulo, n. 2222, p. 94-100, 22 jun. 2011c. Disponível em: <<http://acerveveja.digitalpages.com.br/home.aspx>>. Acesso em: 7 mar. 2013.

_____. Carta ao Leitor. **Uma tragédia invisível.** São Paulo, n. 2222, p. 16, 22 jun. 2011d. Disponível em: <<http://acerveveja.digitalpages.com.br/home.aspx>>. Acesso em: 23 fev. 2013.

_____. **Como parar o crime.** Texto de Marcelo Sperandio. São Paulo, n. 2241, p. 172-173, 2 nov. 2011e. Disponível em: <<http://acerveveja.digitalpages.com.br/home.aspx>>. Acesso em: 7 mar. 2013.

_____. **Dez a zero para Beira-Mar.** Texto de Laura Diniz. São Paulo, n. 2203, p. 88-97, 9 fev. 2011f. Disponível em: <<http://acerveveja.digitalpages.com.br/home.aspx>>. Acesso em: 23 fev. 2013.

_____. **É pior do que parece.** Texto de Giuliana Bergano e Kalleo Coura. São Paulo, n. 2252, p. 66-69, 18 jan. 2012a. Disponível em: <<http://acerveveja.digitalpages.com.br/home.aspx>>. Acesso em: 23 fev. 2013.

_____. **O ano em que o Brasil começou a vencer o crime.** São Paulo, n. 2197, p. 68-69, 29 dez. 2010b. Disponível em: <<http://acerveveja.digitalpages.com.br/home.aspx>>. Acesso em: 23 fev. 2013.

_____. **O crack bate a nossa porta.** Texto de Giuliana Bergano, Carolina Rangel, Laura Diniz e Julia Carvalho. São Paulo, n. 2253, p. 64-69, 25 jan. 2012b. Disponível em: <<http://acerveveja.digitalpages.com.br/home.aspx>>. Acesso em: 23 fev. 2013.

_____. **O dia seguinte.** Texto de Leslie Leitão. São Paulo, n. 2244, p. 148, 23 nov. 2011g. Disponível em: <<http://acerveveja.digitalpages.com.br/home.aspx>>. Acesso em: 7 mar. 2013.

_____. **Reféns do tráfico.** Texto de Leslie Leitão. São Paulo, n. 2241, p. 92-94, 2 nov. 2011h. Disponível em: <<http://acerveveja.digitalpages.com.br/home.aspx>>. Acesso em: 7 mar. 2013.

_____. **Televisão: casos de polícia: o reality show operação de risco flagra as ações dos homens que combatem o crime em São Paulo.** Texto de Marcelo Marthe. São Paulo, n. 2150, 3 fev. 2010c. Disponível em: <<http://acerveveja.digitalpages.com.br/home.aspx>>. Acesso em: 7 mar. 2013.

_____. **Vício mais barato.** Texto de Ana Claudia Fonseca. São Paulo, n. 2223, p. 73, 29 jun. 2011i. Disponível em: <<http://acerveveja.digitalpages.com.br/home.aspx>>. Acesso em: 7 mar. 2013.

RIBEIRO, Marcelo; LARANJEIRA, Ronaldo. **O tratamento do usuário de crack.** 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2012.

SÃO PAULO (Estado). **Entenda o que é a internação compulsória para dependentes químicos.** São Paulo, SP, 29 jan. 2013. 9h04. Disponível em:

<<http://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/lenoticia.php?id=225660>>. Acesso em: 7 maio 2014.

SAPORI, Luiz Flavio; MEDEIROS, Regina. Crack: um desafio social. Belo Horizonte: PUCMINAS, 2010.

SAPORI, Luiz Flávio; SENA, Lúcia Lamounier; SILVA, Bráulio Figueiredo Alves da. A relação entre o comércio do crack e a violência urbana na região metropolitana de Belo Horizonte. In: SAPORI, Luiz Flavio; MEDEIROS, Regina. Crack: um desafio social. Belo Horizonte: Ed. PUCMINAS, 2010.

SCISLESKI, Andrea Cristina Coelho; SILVA, John Lennon Caldeira da; GALEANO, Giovana Barbieri; CAETANO, Carla Lavarda Concentino; BRUNO, Bruna Soares. Polícias em saúde: quem tem medo de usuários de drogas? **Polis e Psique**, v. 3, n. 3, 2013. Edição especial.

SCISLESKI, Andrea Cristina Coelho. **Governando vidas matáveis**: as relações entre a saúde e a justiça dirigidas a adolescentes em conflito com a lei. Tese (Doutorado em Psicologia)-Faculdade de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

SELEGHIM, Maycon Rogério; MARANGONI, Sônia Regina; MARCON, Sonia Silva; OLIVEIRA Magda Lúcia Félix de. Vínculo familiar de usuários de *crack* atendidos em uma unidade de emergência psiquiátrica. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 19, n. 5, Sept./Oct. 2011. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-11692011000500014>>. Acesso em: 15 abr. 2013.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. ISSN 1517-4522. **Sociologias**, Porto Alegre, n.16, jul./dez. 2006. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1517-45222006000200003>>. Acesso em: 23 fev. 2014.